

RELATÓRIO ANUAL 2021

*Portalegre
26 de Janeiro de 2022*

PROCURADORIA DA COMARCA DE PORTALEGRE

A Magistrada do Ministério Público Coordenadora da Comarca

Maria Adelaide Domingues dos Santos



I-INTRODUÇÃO

O presente relatório traduz a atividade desenvolvida pelo Ministério Público na comarca de Portalegre, durante o ano de 2021 e visa permitir uma reflexão e avaliação dessa atividade nas diversas estruturas, estabelecendo parâmetros comparativos com o período homólogo de 2020.

Tendo como referência os objetivos orientadores específicos das várias áreas de intervenção estatutária do Ministério Público, particularmente na área da investigação criminal e nomeadamente no que toca ao incremento de utilização das formas processuais simplificadas na pequena e média criminalidade, à recuperação dos denominados “processos antigos”, à inexistência de processos a aguardar despacho há mais de 30 dias, ao controle dos processos pendentes há mais de 8 meses, ao controle global dos processos pendentes e, se possível, à sua redução.

Está suportado nos dados recolhidos do sistema *Citius* e nos mapas elaborados pelos Senhores Procuradores da República nos diversos Juízos Locais e Centrais, tendo este ano, face à enorme acumulação de serviço, sido dispensados os habituais relatórios parcelares por Procuradoria por parte dos Senhores Magistrados.¹

II-ESTRUTURA DA COMARCA

A Comarca de Portalegre, com sede em Portalegre, está integrada na competência territorial da Procuradoria-Geral Regional de Évora juntamente com as comarcas de Beja, Évora, Faro, Santarém e Setúbal.

¹ Uma nota de agradecimento muito especial ao Sr. Técnico de Justiça de Apoio à Procuradoria da Comarca Sr. António Duarte na elaboração dos Mapas anexos ao presente Relatório; Aos Senhores Magistrados e Funcionários dos vários Núcleos pelo preenchimento e envio atempado dos Mapas Parcelares dos respetivos Núcleos; à Sra. Administradora Judiciária pelo envio dos Dados relativos aos Senhores Funcionários.

Os dados relativos ao DIAP-MAPA CRIM 1 foram colhidos em 7 de Janeiro de 2022 (apresentam já discrepâncias porquanto depois desse período foram inseridos mais processos findos no sistema) e os demais a 21 de Janeiro de 2022.



O Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre integra 3 secções de instância central:

- a) Secção cível, com sede em Portalegre;
- b) Secção criminal, com sede em Portalegre;
- c) Secção do trabalho, com sede em Portalegre

E as seguintes secções de instância local:

- a) Secção de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, com sede em **Elvas** – Abrange os Municípios de Elvas e de Campo Maior;
- b) Secção de competência genérica, com sede em **Fronteira** – Abrange os Municípios de Alter do Chão, Avis, Fronteira e Sousel;
- c) Secção de competência genérica, com sede em **Ponte de Sor** – Abrange os Municípios de Gavião e Ponte de Sor;
- d) Secção de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, com sede em **Portalegre** – Abrange os Municípios de Arronches, Monforte, Crato, Marvão e Portalegre;
- e) Secção de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, com sede em **Nisa** – Abrange os Municípios de Castelo de Vide e Nisa.

Possui duas Secções de Proximidade: em Avis e em Castelo de Vide.

Nesta comarca não foi criado Departamento de Investigação e Ação Penal.

Não existe especialização nas áreas de família e menores, cível e comércio.

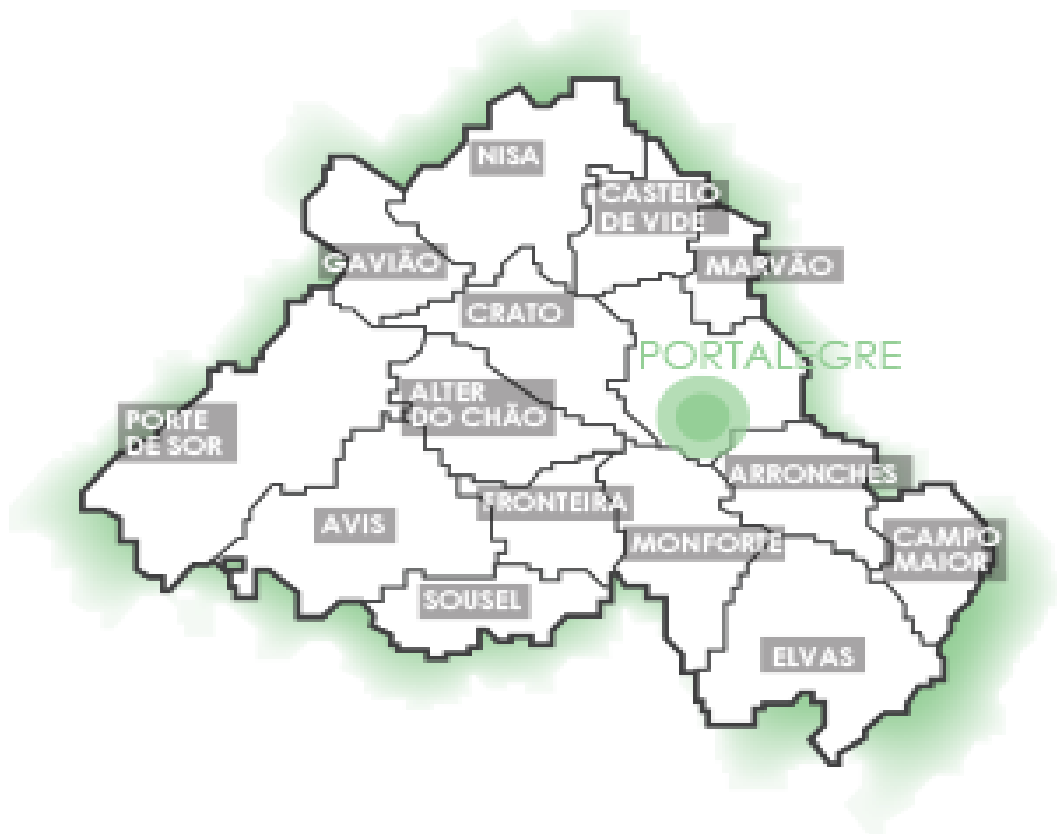
Abrange 15 concelhos, cada um com uma CPCJ.

Para além da interlocução com cada uma destas CPCJ, do acompanhamento e visitas a 6 casas de acolhimento de crianças e jovens, os magistrados colocados nos Juízos Locais têm ainda de assegurar a sua presença em reuniões dos 15 Conselhos Municipais de Segurança sempre que convocados.



Os Magistrados dos Juízos Locais de Fronteira e Nisa, têm ainda diligências nos Juízos de Proximidade de Avis e Castelo de Vide respetivamente.

É este o mapa da Comarca:



III- RECURSOS HUMANOS

De acordo com a Portaria n.º 372/2019, de 15 de outubro, o mapa de pessoal dos Serviços do Ministério Público é composto por 18 Oficiais de Justiça.



No ano de 2021 o mapa de pessoal apenas sofreu alteração na categoria de técnico de justiça auxiliar (pelo regresso de uma oficial de justiça que se encontrava na situação de mobilidade na categoria e que ocupou o lugar no Núcleo de Elvas), não obstante, o mapa de pessoal oficial de justiça mantém-se incompleto, como melhor se espelha nos mapas que seguem:

Serviços do Ministério Público:

Categorias funcionais	Número previsto na Portaria 372/2019	Funcionários colocados em 31-12-2021
Técnico de Justiça Principal	2	2
Técnico de Justiça-Adjunto	10	8
Técnico de Justiça Auxiliar	6	7

Portalegre

Categorias funcionais	Número previsto na Portaria 372/2019	Funcionários colocados em 31-12-2021
Técnico de Justiça Principal	1	1
Técnico de Justiça-Adjunto	4	4
Técnico de Justiça Auxiliar	2	2

Elvas

Categorias funcionais	Número previsto na Portaria 372/2019	Funcionários colocados em 31-12-2021
Técnico de Justiça Principal	1	1



Técnico de Justiça- Adjunto	1	1
Técnico de Justiça Auxiliar	3	3

Ponte de Sor

Categorias funcionais	Número previsto na Portaria 372/2019	Funcionários colocados em 31-12- 2021
Técnico de Justiça Principal	0	0
Técnico de Justiça- Adjunto	1	1
Técnico de Justiça Auxiliar	1	1

Nisa

Categorias funcionais	Número previsto na Portaria 372/2019	Funcionários colocados em 31-12- 2021
Técnico de Justiça Principal	0	0
Técnico de Justiça- Adjunto	2	1
Técnico de Justiça Auxiliar	0	0

Fronteira

Categorias funcionais	Número previsto na Portaria 372/2019	Funcionários colocados em 31-12- 2021
Técnico de Justiça Principal	0	0
Técnico de Justiça- Adjunto	2	1
Técnico de Justiça Auxiliar	0	1



Através da Portaria N.º 118/2019, de 18 de Abril, foi criado o lugar de Técnico de Justiça Principal nos Serviços do M.P. de Elvas, não se encontrando o mesmo preenchido.

Por despacho nº 17/2019, de 28 de outubro de 2019, da Sr.ª Administradora e dada a operacionalidade dos Serviços do M.º P.º de Elvas, foi colocado, em regime de substituição, o Técnico de Justiça Adjunto que se encontrava a exercer funções nos Serviços do M.º P.º de Fronteira, mantendo-se a situação no ano de 2021.

Pelo mesmo despacho, foi colocada nos Serviços do M.º P.º de Fronteira a Técnica de Justiça Auxiliar, que fora nomeada para os Serviços do M.º P.º de Elvas, situação que se manteve em 2021.

Por despacho nº 16/2019, de 30 de agosto de 2019, a funcionária que fora promovida como técnica de justiça adjunta, para os serviços do M.º P.º de Portalegre, foi recolocada provisoriamente para desempenhar funções no Serviço do M.º P.º de Ponte de Sor, mantendo-se, também a situação no ano de 2021.

Todas estas alterações foram feitas por conveniência dos serviços.

Importa referir que, desde 2020 ocorreu um acréscimo exponencial de inquérito entrados e movimentados na Comarca – mais 1537 entrados, mais 2392 movimentados (entrados 2019-4086, em 2021-5623; movimentados em 2019-6913, em 2021-9305) – uma parcela significativa relacionada com o fenómeno criminal da utilização fraudulenta da aplicação MB WAY que ultrapassou o n.º de 2970 entrados e de 2990 movimentados, a implicar realização de inúmeros atos nas secções, o que, de entre outros motivos, permite concluir que o mapa previsto se encontra desajustado face à atual realidade.

Além de incompleto – falta 1 - o mapa tem que ser forçosamente reforçado com, ao menos, mais 1 oficial de justiça em Elvas, 2 em Portalegre, 1 em Fronteira e 1 em Ponte de Sôr.

2.2. MAGISTRADOS



No ano de 2021 o quadro de Magistrados de Portalegre encontra-se refletido nos quadros que seguem. O quadro foi em si insuficiente.

Tal como já referido, sem especialização nas áreas de família e menores, cível e comércio, com 15 concelhos, cada um com uma CPCJ e com o volume processual da comarca -onerado com essa falta de especialização e com o trabalho de representação do MP junto da comunidade - imporiam que o quadro de Procuradores da República, na atual designação, fosse no mínimo de 16, 14 nos Juízos Locais e 2 nos Juízos Centrais.

O Quadro legal da Comarca de Portalegre é de 12 a 14 Magistrados. Contudo, no último movimento, fixou-se em **15** indo de encontro, às exposições frequentes da hierarquia quanto à necessidade de aumento de Quadro – **Cfr. Anexo II do Movimento.**

MUNICÍPIO		CONTEÚDO FUNCIONAL		Situação a 31-Dez.
ELVAS	PR-LOCAL	Juízos locais cível	1 a)	1 / 0 b)
	PR-LOCAL	Juízo local criminal e secção de inquéritos	4 c) d)	3
FRONTEIRA	PR-LOCAL	Juízo de competência genérica e secção de inquéritos	2 e)	2
NISA	PR-LOCAL	Juízo de competência genérica e secção de inquéritos	1	1
PONTE DE SÔR	PR-LOCAL	Juízo de competência genérica e secção de inquéritos	2 f) g)	1
PORTALEGRE	PR-CENTRAL	JUÍZO CENTRAL CÍVEL E CRIMINAL	1 h)	1
	PR-CENTRAL	JUÍZO DO TRABALHO	1	1
	PR-LOCAL	Juízos locais cível e secção de inquéritos	1	1



	PR-LOCAL	Juízo local criminal e secção de inquéritos	2 i)	1
	TOTAIS		15	12 31.Dez 11 31.Jan

Ausências e absentismo:

- a) A Sra. Procuradora do Juízo Local Cível de Elvas, esteve ausente ao serviço, em isolamento profilático entre 05.01.2021 a 18.01.2021 e de 01.09.2021 a 14.09.2021;
- b) A Sra. Procuradora do Juízo Local Cível de Elvas, está desligada do serviço por efeito de jubilação, a qual opera a 31 de Janeiro de 2022;
- c) A Sra. Procuradora do Juízo Local Criminal de Elvas, esteve ausente ao serviço, em isolamento profilático entre 11 a 14 de Janeiro de 2021, em teletrabalho.
- d) Uma das Senhoras Procuradoras da República movimentada para o Juízo Local Criminal de Elvas, oriunda do XXXV Curso do CEJ tomou posse em 3 de Novembro; e, entrou de baixa por gravidez de risco em 22 de Novembro de 2021, situação em que se mantém; Não é previsível que regresse até ao próximo movimento;
- Assim, o quadro de Elvas, esteve preenchido apenas 12 dias úteis;
- e) O quadro de 2 Magistrados em Fronteira foi preenchido apenas em Novembro de 2021, com a colocação de 2 Magistrados do XXXV Curso do CEJ; Até 13 de Setembro esteve sem Magistrado e de 13 de Setembro a 3 de Novembro, esteve colocada uma Senhora Procuradora da República do Quadro Complementar de Évora;
- f) A Senhora Procuradora da República de Ponte de Sôr então colocada na procuradoria, entrou de licença de maternidade em 05.01.2021 (antes tinha estado de baixa) e já não se apresentou ao serviço em Setembro, por ter sido movimentada; Foi colocada em sua substituição, em Janeiro, uma magistrada oriunda do XXXIV Curso, pelo que esta ausência foi integralmente suprida até ao movimento;



- g) Uma das Senhoras Procuradoras da República da Procuradoria de Ponte de Sôr, entrou de baixa em 22 de Novembro de 2021, que tem vindo a renovar, situação em que se mantém e que vai perdurar;
- h) O Sr. Procurador da República do Juízo Central Criminal e Cível de Portalegre esteve ausente ao serviço, por dias de luto, entre 02 e 07 de Dezembro;
- i) Uma das Senhoras Procuradoras da República movimentada para o Juízo Local Criminal de Portalegre, por razões médicas esteve em teletrabalho no período compreendido entre 13 de Setembro de 2021 a 16 de Dezembro de 2021. Em 17 de Dezembro de 2021 ficou de baixa médica (gravidez de risco), situação em que se mantém; Não é previsível que regresse até ao próximo movimento;

Categorias funcionais	Previstos e colocados	Necessários	Em efetividade de funções até 15-07-2021	Em efetividade de funções em 31-12-2021	Em efetividade de funções em 31-1-2022
Procuradores nos Juízos Centrais	2	2	2	2	2
Procuradores no Juízo Locais	13	14	12 (1 QC)	10	9

É assim com uma profunda apreensão que olhamos para o ano de 2022. Os objetivos processuais foram fixados tendo em vista o nº de Magistrados colocados na Comarca-15; Caso, o Quadro venha a ser de 11, e não sejam colocados Magistrados do Quadro Complementar, parecem-nos impossíveis de alcançar, ao menos, em termos quantitativos. O nº de acumulações e reafectações, bem como a colocação de um Quadro Complementar no 1º Semestre produziu resultados assinaláveis, mas, que já não é possível manter.



IV- O SURTO DE PANDEMIA

Não pode deixar de referir-se, ao efetuar uma avaliação da atividade do Ministério Público no ano de 2021, o período de pandemia atravessado e as medidas adotadas para a combater e mitigar.

No 1º semestre de 2020 as limitações resultantes das várias suspensões de prazos legais ocorreram no período de 09.03.2020 a 03.06.2020; No 1º Semestre de 2021, tais suspensões ocorreram, no período de 22.01.2021 a 06.04.2021 (Decreto n.º 123/XIV, da AR de 25 de Março, o qual determinou o levantamento da suspensão dos prazos processuais, com efeitos a 6 de Abril de 2021).

Tal como ocorreu em 2020, na comarca de Portalegre, no primeiro semestre de 2021, o Ministério Público desceu a pendência a nível de inquéritos criminais e também na Jurisdição Cível (Tutelares Educativos, Maiores Acompanhados) no alegado período de encerramento dos Tribunais, como espelhado no quadro que segue

INQUÉRITOS-Período Suspensão da atividade dos Tribunais - 2020/2021

	2021 (22/01/21 a 05.04.2021)	2020 (09.03.2020 a 03.06.2020)
Pendentes antes Suspensão Prazos	3694	2813
Pendentes após Suspensão Prazos	3333	2788
Processos entrados no Período da Suspensão	882	1105
Processos findos no Período da Suspensão	1248	1136

V – MOVIMENTO ANUAL DE INQUÉRITOS- CRIM 1, CRIM 3, CRIM 4,CRIM 6;



1. No ano judicial de 2021, foram registados **5628 novos inquéritos** nas várias instâncias locais da comarca (3683 em 2018; 4117 em 2019; 5625 em 2020) o que consubstancia um **aumento de 73,19% dos inquéritos entrados**, em relação ao ano de 2019.

Aos inquéritos registados no ano acresceram os **3682** inquéritos que transitaram do ano anterior, gerando um **movimento global de 9.310 inquéritos** (6.936 inquéritos no ano de 2019; 8.478 em 2020) no ano em apreço, o que consubstancia um **aumento de 74,5 % dos inquéritos movimentados**, em relação ao ano de 2019, e de 91% em relação ao ano de 2020,

2. Destes, findaram **5305** (total de acusados, arquivados, suspensos provisoriamente e findos por outros motivos), continuando a aumentar o n. de processos findos – (3929 em 2018, 4074 em 2019, 4797 em 2020) - transitando para o ano seguinte **4003**, o que traduz um **aumento global de 321** processos, em relação ao ano de 2020.

O aumento da pendência apenas não é mais significativo graças aos excelentes resultados do 1º semestre de 2021, em que, tinha sido possível chegar aos 3274 inquéritos pendentes.

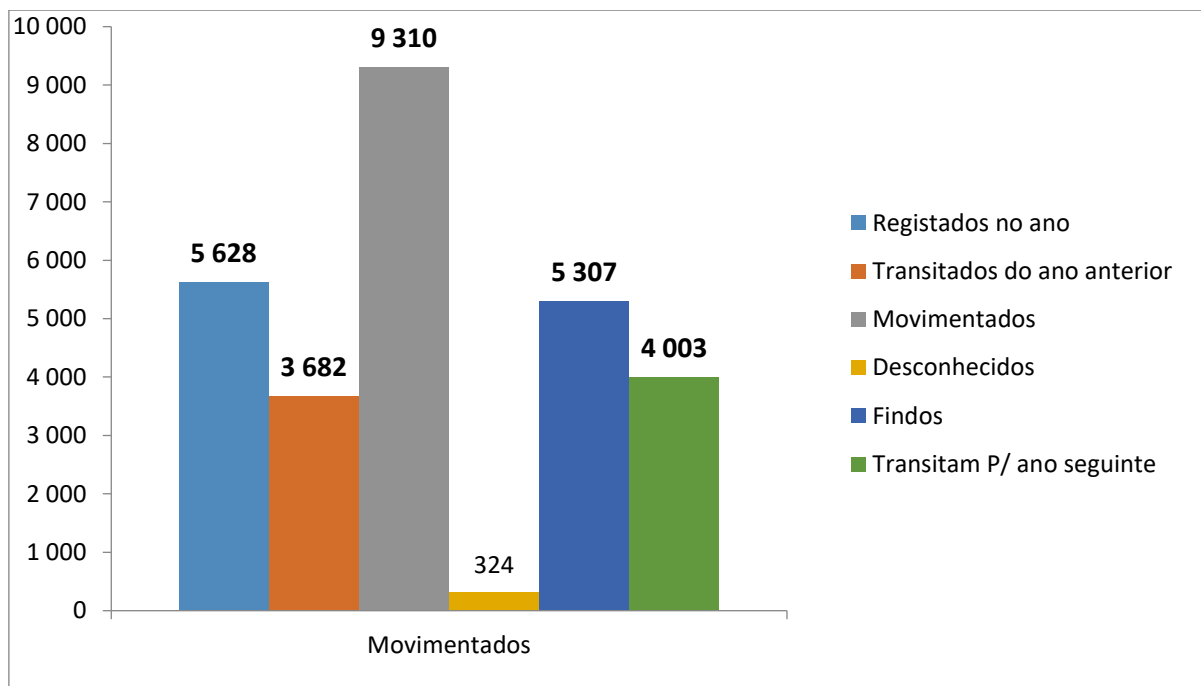
Efetivamente, tal como havia ocorrido em 2020, o período de suspensão da atividade dos Tribunais, na Comarca de Portalegre, foi utilizado para recuperação de pendências, de forma significativa.

3. O número de inquéritos entrados relativos a agente **desconhecido**, registados sob a espécie “DO” foi de **324**, correspondendo a **5,75%** do número total de inquéritos registados. Este número tão reduzido de desconhecidos dificulta, em muito, gerir o aumento de entrados que se vem verificando desde 2020.



4. Foram registadas, para cumprimento, **387** Cartas Precatórias (aumento de 73% entrados), movimentadas 459 e findas 367, encontrando-se pendentes 91, o que significa um aumento de pendentes em relação ao ano anterior (72).

INQUÉRITOS MOVIMENTADOS COMARCA DE PORTALEGRE



5. Do universo de **5307** processos **findos** no ano, foram **arquivados 3560**, o que representa **67,08%** do total de inquéritos findos.

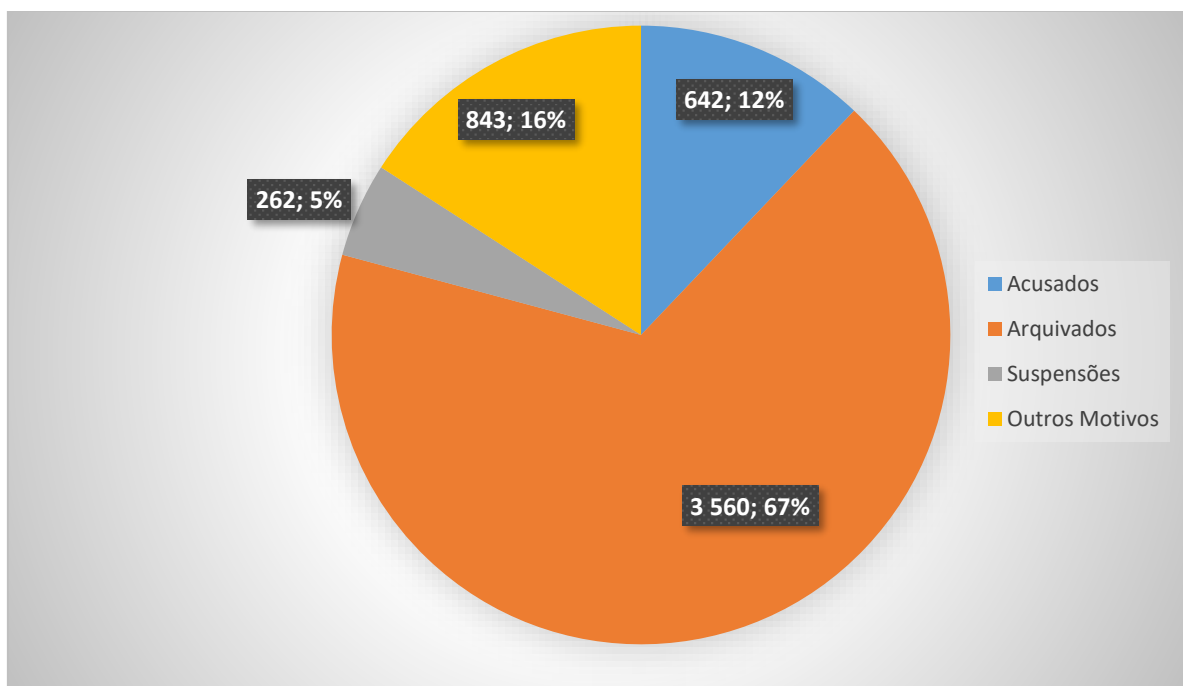
6. Foi deduzida **acusação** em **642** inquéritos (*447 no ano de 2019, 603 em 2020*), o que corresponde a **12,09%** do universo dos processos findos (11% em 2019);

7. Findaram por **outros motivos 843** inquéritos, o que representa **15,88%** (*11,44% em 2020*) do total de inquéritos findos.



8. Foram **findos** após **suspensão provisória** 262 inquéritos (os suspensos no ano foram 331) o que corresponde a **4,94%** dos processos terminados.

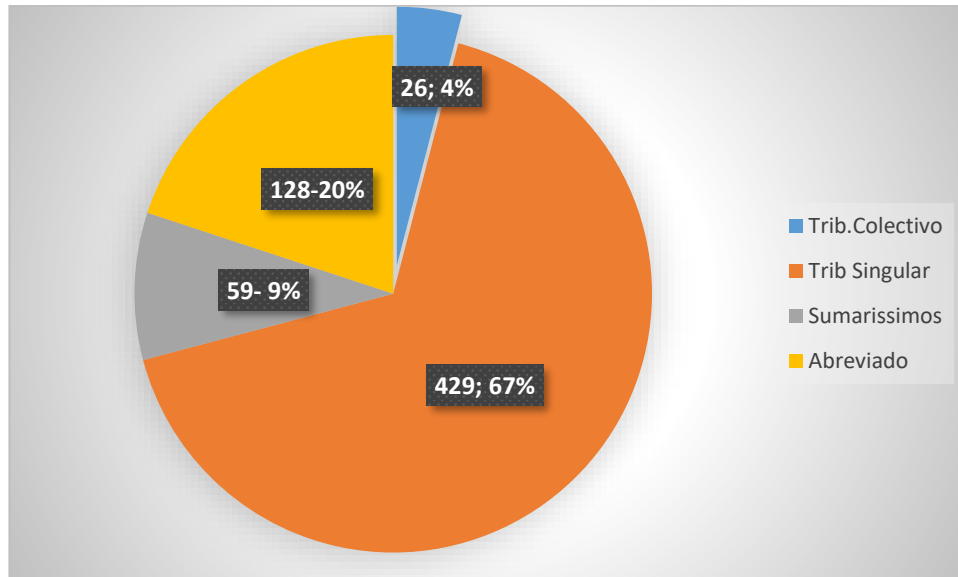
INQUÉRITOS FINDOS COMARCA DE PORTALEGRE



9. Das **642 acusações** formuladas, foram deduzidas em processo comum, sendo **26** com intervenção do **tribunal coletivo** e **429** com intervenção do **tribunal singular**. Destas, **59**, nos termos do disposto no **artigo 16.º, n.º 3, do C.P.P.**

10. Com requerimento para julgamento em **processo sumaríssimo** foram finalizados **59** processos, correspondendo a **9 %** das acusações proferidas, e **128** (15 em 2019, 113 em 2020) acusações (**20%**), foram remetidas para julgamento em **processo abreviado**.

ACUSAÇÕES COMARCA DE PORTALEGRE



11. Percentagem de formas processuais simplificadas

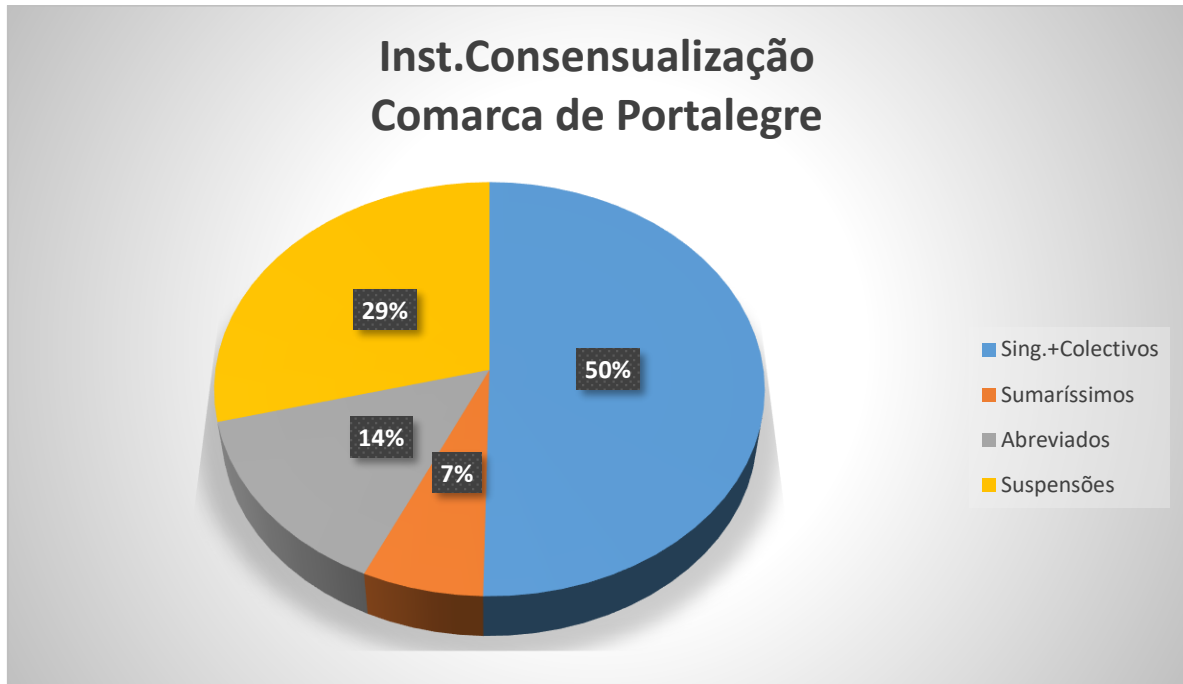
No período em referência, de entre os processos que reuniam indicição suficiente

- foram findos 262 processos na fase **suspensões provisórias do processo** ;
- foram elaborados 59 requerimentos em **processo sumaríssimo** ;
- foram deduzidas 128 acusações sob a forma de **processo abreviado**;

O que representa a aplicação dos processos especiais e dos institutos de consenso em **51%** do universo dos processos com indicição suficiente, resultados que vão de encontro aos objetivos fixados para a utilização dos mecanismos processuais penais de simplificação e consenso, não os atingindo na íntegra.

Já no **processo sumário** fase preliminar a percentagem foi de **55%**.

De realçar, o enorme incremento dos processos abreviados (de 13 em 2019, para 113 em 2020 e 128 em 2021) e a diminuição de julgamentos em processo sumário, porventura também tendo em conta o período epidemiológico vivenciado.



12. Resultado das suspensões (CRIM 6)

Ainda, relativamente à **suspensão provisória do processo**, na maioria das suspensões provisórias do processo as injunções aplicadas são cumpridas pelo arguido.

Na verdade, **272** suspensões provisórias decretadas findaram com o arquivamento do processo - 209 em fase de inquérito e 63 na fase preliminar do processo sumário - e em **27** (metade do ano de 2020) situações o processo prosseguiu com a dedução de acusação (23 casos em fase de inquérito e 4 na fase preliminar do processo sumário).

13. CARACTERIZAÇÃO da PENDÊNCIA

13.1. Antiguidade dos inquéritos pendentes

A nível global da Comarca, transitaram para o ano seguinte 4003 inquéritos.

Destes:

- 1, tem registo de 2016;
- 22, têm registo de 2017 (2 suspensos) – 0,57%



- 68 têm registo de 2018 (12 suspensos) – 1,7%

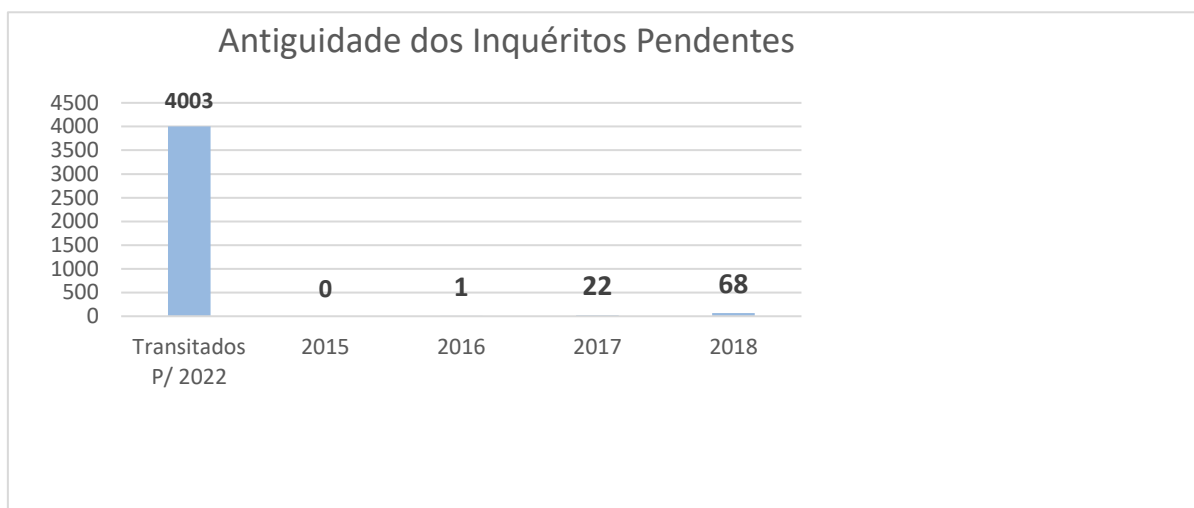
- 253 têm registo de 2019 (50 Suspensos) – 6,4%

O universo de 344 processos com registo de **2019 e anos anteriores**, considerados *processos antigos*, representa 8,6% do total dos inquéritos pendentes em 31.12.2021 - sendo de **7%** se não forem contabilizados os suspensos.

Houve, uma evidente recuperação de processos que se mantinham em investigação com prazos razoáveis claramente ultrapassados, um dos objetivos processuais da Comarca.

Este quadro espelha os resultados e reflete a comparação com os anos anteriores:

	Anteriores a 2015	2015	2016	2017	2018	2019
2019	1	15	56	198	617	1942
2020	0	1	10	61	199	644
2021	0	0	1	22	68	253



Quanto à demora no desenrolar das investigações deve-se, em alguns casos à sua complexidade, noutros em atrasos dos OPC's. A Polícia Judiciária em vários inquéritos, ultrapassa os prazos máximos de duração do inquérito, considerando a complexidade dos mesmos e falta de meios; o mesmo sucede com os inquéritos delegados na A.S.A.E.,



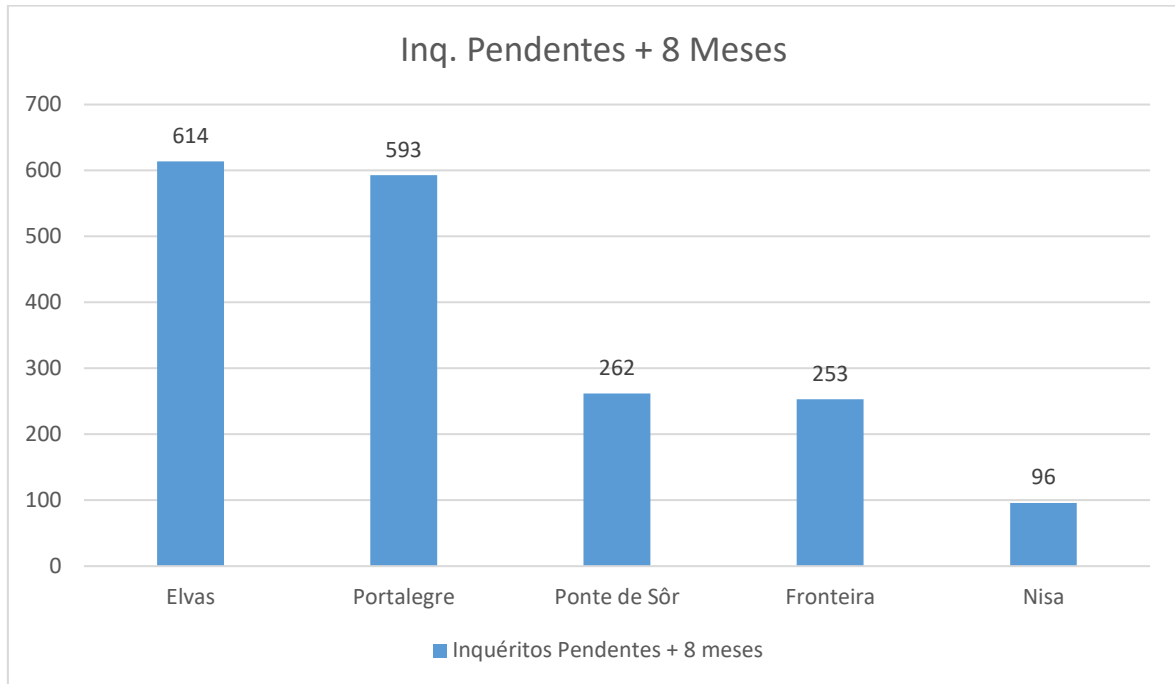
cuja demora é significativa, muitas vezes porque os arguidos residem em áreas geográficas distintas, sendo necessário proceder aos respetivos interrogatórios, não esquecendo a necessidade de elaboração de exames periciais e a notificação para o exercício do respetivo direito de queixa por parte dos respetivos representantes legais. Também nos inquéritos cuja investigação se encontra a cargo da Segurança Social e às investigações delegadas nas Finanças continua a verificar-se atraso, o qual se deverá, segundo cremos e em regra, à insuficiência de meios humanos dos serviços em causa.

13.2 – Inquéritos pendentes há mais de 8 meses

Dos inquéritos que transitaram para o ano seguinte a nível global (4.003), o número de inquéritos registados há mais de oito meses, ascendia a **1.818 (45,41%)**, sendo este n. superior ao do ano anterior e não correspondendo aos objetivos da Comarca.

Este aumento prende-se claramente com os inquéritos de burla informática, em concreto, os processos associados ao fenómeno “*mbway*”. Efetivamente, nesta Comarca entraram desde Janeiro de 2020, 2991 inquéritos sobre esta problemática, processos de investigação morosa à qual os OPC não têm conseguido dar resposta atempada.

Dos inquéritos com uma tramitação (“resiliência”) superior a 8 meses havia 614 em Elvas, 593 em Portalegre, 253 em Fronteira, 262 em Ponte de Sôr e 96 em Nisa.



13.3. ANTIGUIDADE DOS PROCESSOS CONCLUSOS

Um objetivo da Comarca sempre relembrando e objeto de análise mensal, atingido integralmente na área criminal e em todas as outras- **O ano terminou sem qualquer processo concluso há mais de 30 dias.**

14. ANÁLISE DO MOVIMENTO MENSAL POR PROCURADORIAS

14.1. PROCURADORIA DO JUÍZO LOCAL CRIMINAL DE ELVAS

No ano judicial de 2021, foram registados 2.231 novos inquéritos na Procuradoria do Juízo Local de Elvas.

Aos inquéritos registados no ano acresceram os 1.405 inquéritos que transitaram do ano anterior, gerando um movimento global de **3.636** inquéritos no ano em apreço.



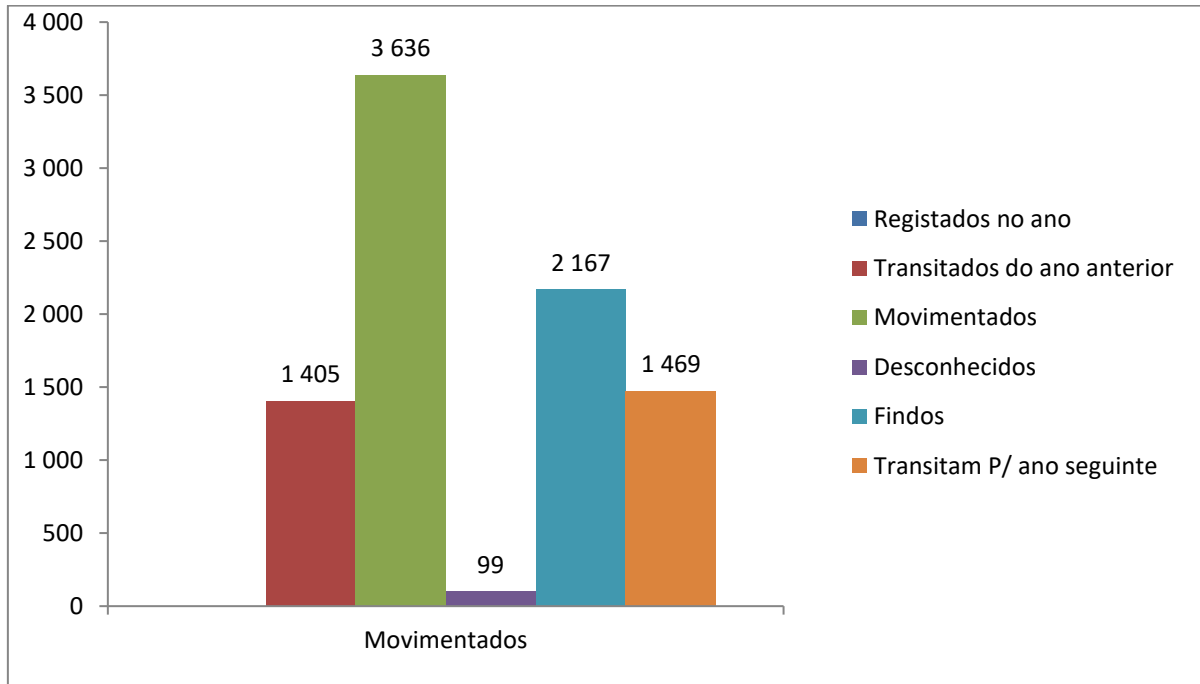
Destes, findaram **2.167** (total de acusados, arquivados, suspensos provisoriamente e findos por outros motivos) transitando para o ano seguinte **1.469** inquéritos, resultado que traduz um aumento global de 64 processos.

O aumento de pendentes não é mais significativo face a um quadro mais favorável de magistrados até Julho de 2021 que permitiu que, do primeiro semestre tivessem transitado 1.183 inquéritos. De fato, de Janeiro a Julho foi possível ter 3 magistrados nos inquéritos, reduzidos a 2 e, a partir de Janeiro em acumulação com o Cível, com as nefastas consequências que daí possam advir, caso não venha a ser possível colocar magistrado do Quadro complementar.

Do universo de 2.167 processos findos no ano, foram arquivados 1.549; Foi deduzida acusação em 257 inquéritos; Findaram por outros motivos 233 inquéritos; e foram suspensos provisoriamente 128, o que corresponde a 6 % dos processos terminados.

Em Elvas ocorreram **51** primeiros interrogatórios judiciais de arguidos detidos (mais de 50% dos interrogatórios da Comarca).

INQUÉRITOS MOVIMENTADOS PROCURADORIA DO JUÍZO LOCAL DE ELVAS



14.2. PROCURADORIA DO JUÍZO DE PORTALEGRE

No ano judicial de 2021, foram registados **1.759** novos inquéritos na Procuradoria do Juízo Local de Portalegre (1.461 em 2020; 1094 em 2019).

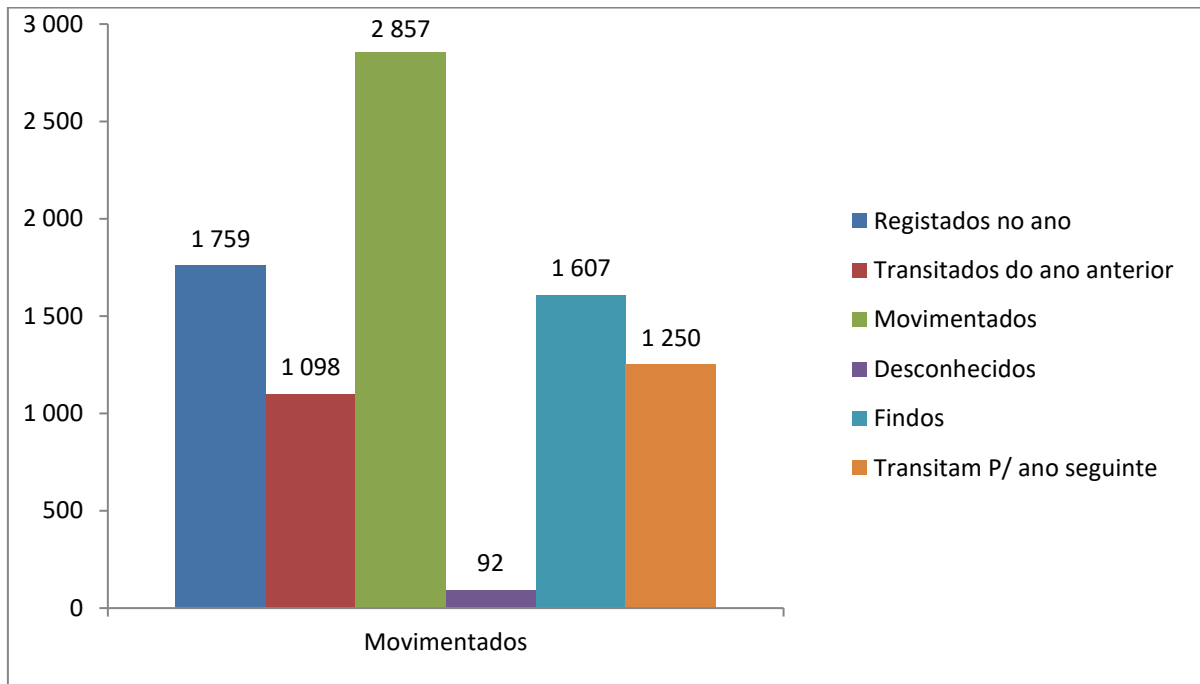
Aos inquéritos registados no ano acresceram os 1.098 inquéritos que transitaram do ano anterior, gerando um movimento global de 2.857 inquéritos no ano em apreço.

Destes, findaram **1.607** (total de acusados, arquivados, suspensos provisoriamente e findos por outros motivos) transitando para o ano seguinte **1.250** inquéritos, resultado que traduz um aumento global de 224 processos.

Do universo de 1.607 processos findos no ano, foram arquivados 1.028; Foi deduzida acusação em 167 inquéritos; Findaram por outros motivos 329 inquéritos; e foram suspensos provisoriamente 83, o que corresponde a 5,16% dos processos terminados.



INQUÉRITOS MOVIMENTADOS PROCURADORIA DO JUÍZO LOCAL DE PORTALEGRE



14.3. PROCURADORIA DO JUÍZO DE PONTE DE SÔR

No ano judicial de 2021, foram registados **659** novos inquéritos na Procuradoria do Juízo de Competência Genérica de Ponte de Sôr.

Aos inquéritos registados no ano acresceram os 459 inquéritos que transitaram do ano anterior, gerando um movimento global de **1.118** inquéritos no ano em apreço.

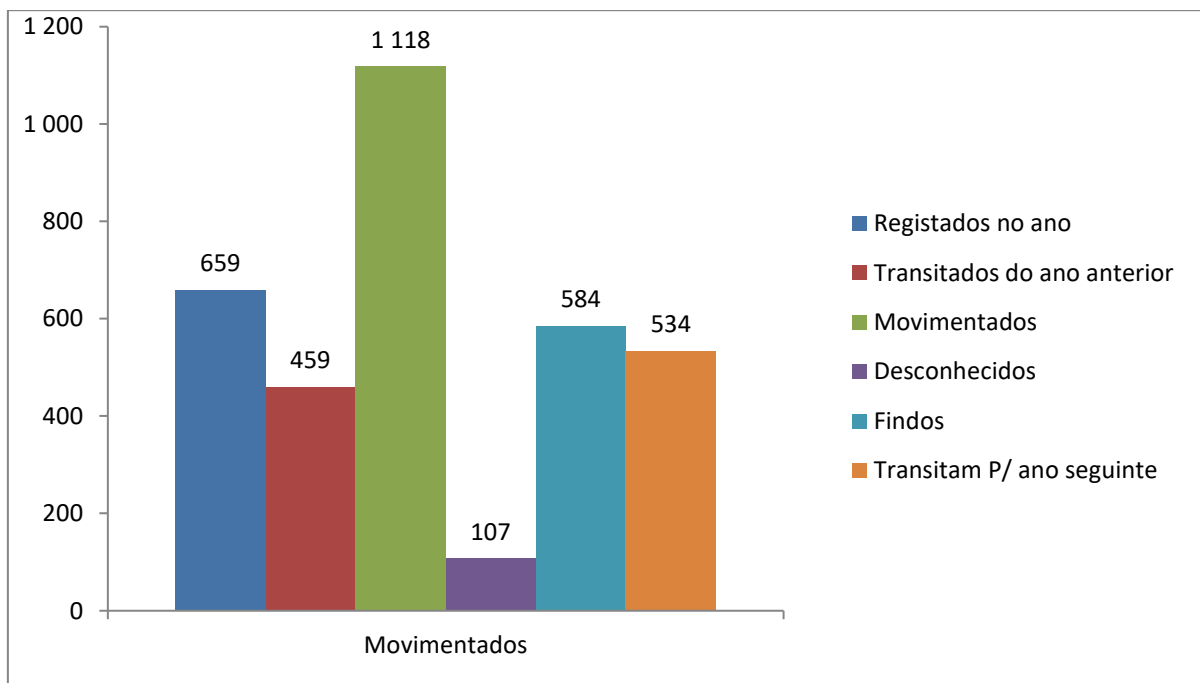
Destes, findaram **584** (total de acusados, arquivados, suspensos provisoriamente e findos por outros motivos - *única Procuradoria com menos processos findos do que no ano de 2020 em que os findos foram 895-*, transitando para o ano seguinte **534** inquéritos, resultado que traduz um aumento de 75 inquéritos em termos anuais e um aumento de 124 processos desde o 1º semestre que havia findado com 400 inquéritos.



A esta situação não é alheia, a ausência, por baixa médica, que não foi possível suprir, de Magistrada desde Novembro de 2021, estando o quadro de 2 magistrados reduzido a 1, sem ter sido possível tomar medidas gestonárias, porque mais prementes noutras Procuradorias.

Do universo de 584 processos findos no ano, foram arquivados 446; Foi deduzida acusação em 87 inquéritos; Findaram por outros motivos 19 inquéritos; e foram suspensos provisoriamente 32, o que corresponde a 5,5% dos processos terminados.

INQUÉRITOS MOVIMENTADOS PROCURADORIA DO JUÍZO DE PONTE DE SÔR



14.4. PROCURADORIA DO JUÍZO DE FRONTEIRA

No ano judicial de 2021, foram registados **715** novos inquéritos na Procuradoria do Juízo de Competência Genérica de Fronteira.



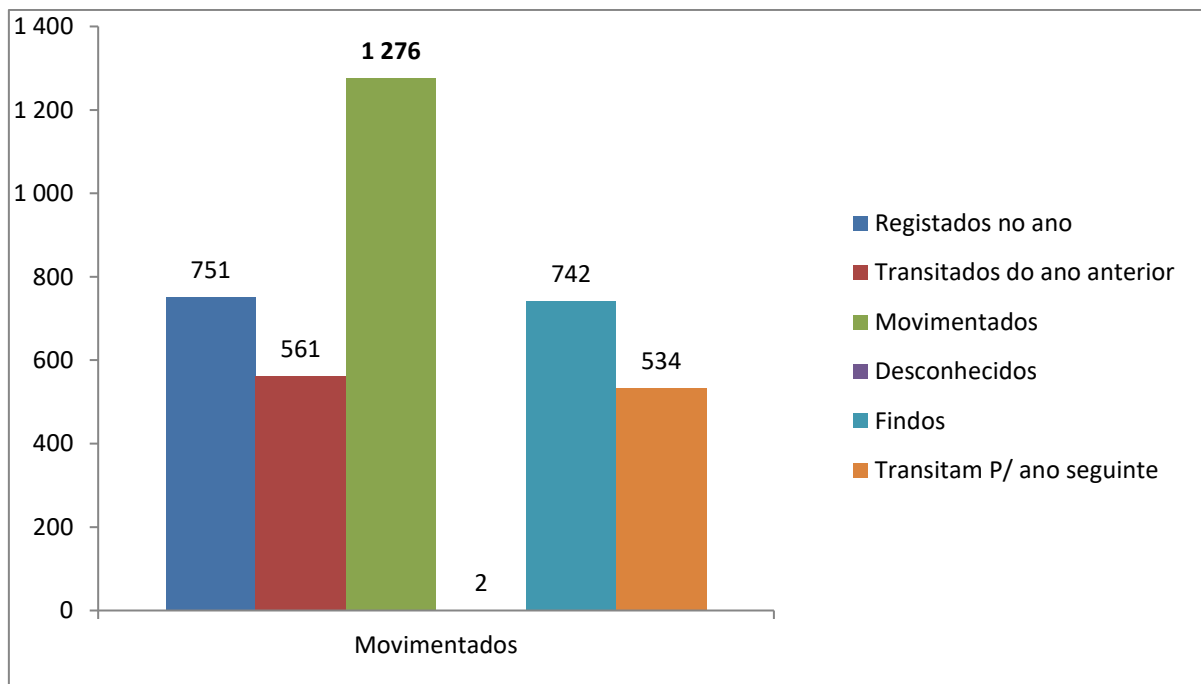
Aos inquéritos registados no ano acresceram os 561 inquéritos que transitaram do ano anterior, gerando um movimento global de 1.276 inquéritos no ano em apreço.

Destes, findaram **742** (total de acusados, arquivados, suspensos provisoriamente e findos por outros motivos) transitando para o ano seguinte **534** inquéritos, resultado que representa uma ligeira descida de pendência (menos 27 Inquéritos).

Para este resultado contribuiu, em muito, os resultados do primeiro semestre, sendo 432 os inquéritos pendentes em Julho de 2021.

Do universo de **742** processos findos no ano (662 no ano de 2020), foram arquivados 383; Foi deduzida acusação em 109 (50 em 2020) inquéritos; Findaram por outros motivos 236 inquéritos; e foram suspensos provisoriamente 14, o que corresponde a 1,9 % dos processos terminados.

INQUÉRITOS MOVIMENTADOS PROCURADORIA DE FRONTEIRA



14.5. PROCURADORIA DO JUÍZO DE NISA



No ano judicial de 2021, foram registados **264** novos inquéritos na Procuradoria do Juízo de Competência Genérica de Nisa.

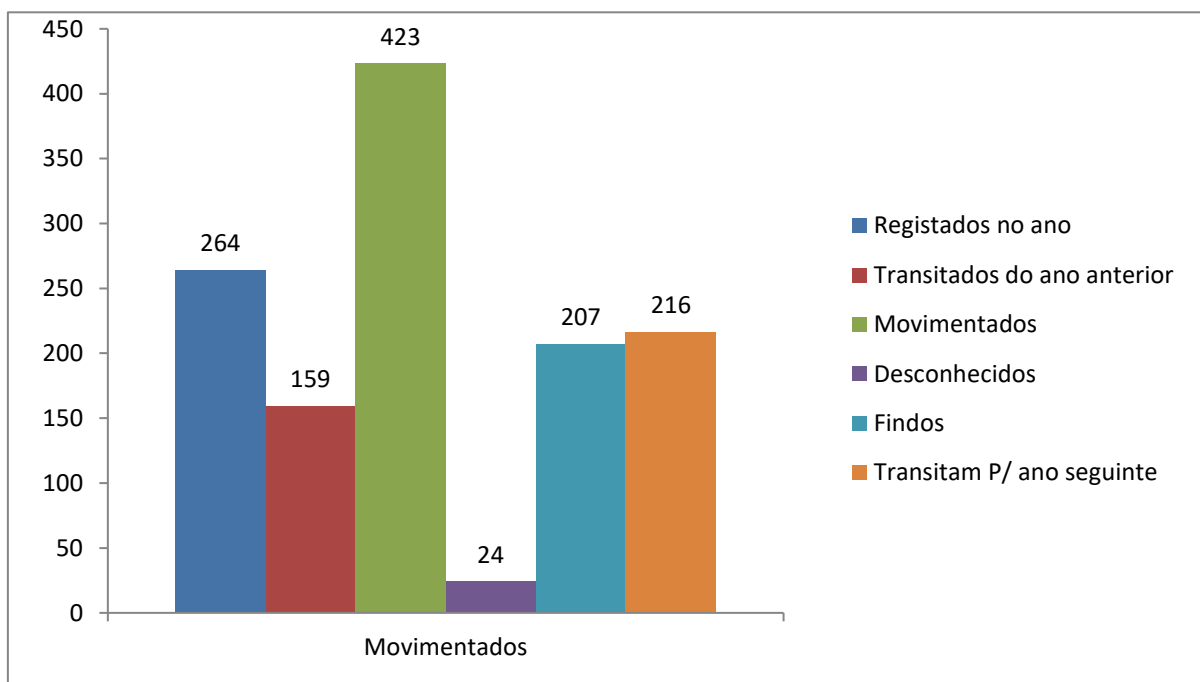
Aos inquéritos registados no ano acresceram os 159 inquéritos que transitaram do ano anterior, gerando um movimento global de 423 inquéritos no ano em apreço.

Destes, findaram **207** (total de acusados, arquivados, suspensos provisoriamente e findos por outros motivos) transitando para o ano seguinte **216** inquéritos, resultado que representa um aumento global de 57 Inquéritos.

Do universo de 207 processos findos no ano, foram arquivados 154; Foi deduzida acusação em 22 inquéritos; Findaram por outros motivos 26 inquéritos; e foram suspensos provisoriamente 5, o que corresponde a 2,4% dos processos terminados.

O magistrado de Nisa esteve em acumulação com Fronteira no 1º semestre (Inquéritos) e, desde, Setembro está em acumulação com o Juízo Local Criminal de Portalegre (inquéritos).

INQUÉRITOS MOVIMENTADOS PROCURADORIA DE NISA





15. Os Quadros que seguem espelham a realidade das várias Procuradorias no ano de 2021 e a análise comparativa com os anos anteriores.

2021	VINDOS DO PERÍODO ANTERIOR	ENTRADOS	MOVIMENTADOS	FINDOS	PENDENTES
ELVAS	1405	2231	3636	2167	1469
PORTALEGRE	1098	1759	2857	1607	1250
FRONTEIRA	561	715	1276	742	534
PONTE DE SÔR	459	659	1118	584	534
NISA	159	264	423	207	216

Análise Comparativa 2019-2020-2021

	ELVAS			PORTALEGRE			PONTE DE SÔR			FRONTEIRA			NISA		
	Entrados	Findos	Pendentes	Entrados	Findos	Pendentes	Entrados	Findos	Pendentes	Entrados	Findos	Pendentes	Entrados	Findos	Pendentes
2019	1565	1843	870	1094	853	790	687	851	585	506	310	468	238	215	117
2020	2432	1898	1402	1461	1150	1101	758	895	447	735	662	567	239	192	164
2021	2231	2167	1469	1759	1607	1250	659	584	534	715	742	534	264	207	216

Breves Considerações:

Salvo em Portalegre e Nisa, assistiu-se a uma diminuição de entrados nas demais Procuradorias depois do aumento de mais de 80% ocorrido em 2020;

Salvo em Ponte de Sôr, desde 2019 que o nº de processos findos aumentou de forma significativa, sendo que, quanto a Ponte de Sôr, tal encontra explicação na ausência de 1 magistrada desde Novembro como já referido.

Em Elvas e Portalegre, o aumento de pendentes, não obstante as medidas gestórias tomadas ultrapassa os 60% e, com o nº de ausências, não supridas por magistrados do Quadro Complementar, irá disparar exponencialmente. A única Procuradoria que desceu a pendência face a 2020, foi Fronteira, onde foi possível ter um magistrado em



acumulação no primeiro semestre e, onde, foram colocados pelo CSMP, 2 (dois) magistrados em Novembro de 2021.

16. Taxas e indicadores

A taxa ou indicador de **congestão** estabelece a razão entre o número de processos pendentes no início do período em análise e o número de processos findos nesse mesmo período. Este indicador mede a capacidade do sistema em dar resposta à pendência existente, sem considerar qualquer entrada de processos no ano em análise, ou no período em causa. Quanto mais baixo for o indicador de congestão maior será a eficiência do sistema (valores inferiores à unidade revelam a capacidade de findar um número de processos superior ao pendente no início do período; um valor superior à unidade indica o contrário).

A taxa de **resolução** (*clearance rate*) estabelece a razão entre o número dos processos findos e o número de processos entrados. Esta taxa indica a capacidade de resolução de processos face às entradas, desconsiderando as pendências acumuladas. Neste caso um sistema eficiente para a resolução das entradas terá uma taxa igual a 100%. Valores inferiores a 100% indicam a incapacidade para fazer face sequer aos processos entrados e valores superiores a 100% indicam uma resolução de casos superior às entradas (o sistema tem capacidade de resolução de processos entrados e de recuperação dos acumulados).

A taxa de **recuperação** (*blacklog rate*) estabelece a relação entre o número de processos findos e a adição resultante da soma do número de processos pendentes com o número dos processos entrados. Esta taxa indica a eficiência do sistema em dar resposta aos processos acumulados. Um sistema eficiente para a resolução total dos processos pendentes e dos entrados terá uma taxa de recuperação igual a 100%. Índices inferiores revelam incapacidade de recuperação de pendências.



2021	Pendentes em 1.1.2021	Entrados	Findos	Pendentes em 31-12-2021	Taxa de Resolução %	Taxa de Congestão %	Taxa de Recuperação %
Elvas	1405	2231	2167	1469	97,13	64,84	59,60
Portalegre	1098	1759	1607	1250	91,36	68,33	56,25
Fronteira	561	715	742	534	103,78	75,61	58,15
Ponte de Sor	459	659	584	534	88,62	78,60	52,24
Nisa	159	264	207	216	78,41	76,81	48,94

17. Fenómenos Criminais (CRIM 4)

Os fenómenos mais expressivos na Comarca são a Cibercriminalidade (1688), Violência doméstica e Maus tratos (385) Crimes estradais (290), crimes fiscais (52), crimes de corrupção e afins (31), ressaltando aqui, os crimes de investigação prioritária a que se reporta a DIRETIVA 1/2021 de 04 de Janeiro da PGR.

17.1. O Fenómeno **Violência Doméstica**

No ano de 2019 deram entrada 231 inquéritos de Violência Doméstica; No ano de 2020 deram entrada 391 processos; No ano de 2021, deram entrada **376** donde resulta um abrandamento do n. de processos entrados, que, em 2020, havia tido um aumento de 60%.

Aos processos entrados acrescem os pendentes do ano anterior, 208, para um movimento global anual na comarca de **584**.

Foram findos **334** e ficaram pendentes **250** inquéritos, dos **40** se encontram suspensos provisoriamente.

Dos findos foram acusados **49**, dos quais 2 em Tribunal Coletivo, 7 com aplicação do artigo 16ºnº3 do CPP e 40 em T. Singular.



Foi deduzido despacho de arquivamento em **228** inquéritos, sendo **57** os findos por outro motivo (maioritariamente apensações).

Cumprе salientar que em **6** processos foi aplicada a medida de coação de prisão, todos do Juízo Local de Elvas, o que corresponde a 50% do ano de 2020.

Desde Janeiro de 2020, e tendo em conta a Diretiva 5/2019 de 15.11.2019 da Exma. Procuradora Geral da República, determinou-se a afetação a um único magistrado nos Juízos Locais de Elvas, Portalegre e Ponte de Sôr dos processos a distribuir pela prática dos crimes de Violência doméstica, Maus Tratos; e Contra a liberdade e autodeterminação sexual, reduzindo-lhe, na medida do possível o demais volume de inquéritos, para garantir que conseguem assegurar a tramitação dos inquéritos e as iniciativas a desenvolver na área de família e crianças, bem como a ligação com as CPCJ; Em Novembro de 2021 essa especialização estendeu-se ao Juízo de Fronteira; Porém, as vicissitudes resultantes de uma baixa médica em Elvas que não foi possível suprir com magistrado do quadro complementar e, o volume de inquéritos, impediu, desde Novembro de 2021 a continuação da especialização em Elvas. Desde Novembro 2021, uma baixa médica em Ponte de Sôr, está também a impedir a tramitação autónoma destes processos.

O Ministério Público esteve presente em inúmeras reuniões, com a APAV | GAV do Alto Alentejo Oeste e o NAVVD-Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica – Cruz Vermelha Portuguesa da Delegação de Portalegre, designadamente em 28 de Janeiro, 2 de Março, 3 de Maio, 5 de Julho e 18 de Outubro, sem prejuízo de outros contactos informais.

O Ministério Público esteve igualmente presente no Encontro Intermunicipal do Alto Alentejo-Planos Intermunicipais para a Igualdade, em 23 de Novembro de 2021, no



Auditório Municipal no Crato; e, na CPCJ de Elvas, em Ação de Sensibilização sobre o mote “ Crescer sem Direito a Violência” no dia 26 de Novembro de 2011.

17.2. Criminalidade Informática - O Fenómeno Burlas Mbway E A Sua Expressão Na Comarca

No ano de 2020 deram entrada 1304 inquéritos. No ano de 2021 deram entrada **1686** inquéritos. Assim, desde 2020, na comarca de Portalegre, entraram **2979** inquéritos sobre esta problemática, foram movimentados **2992** e findos **1802**.

Em concreto, no ano de 2021, foram findos **1383** processos, sendo **805** arquivados, **8** acusados e **570** findos por outros motivos, sendo que a maioria são apensações de inquéritos conexos. Estão pendentes **1.190** e o n. de entradas não revela qualquer diminuição.

O fenómeno Mbway, implicou vários ajustes na distribuição de serviço na Comarca, com vista a diligenciar, tanto quanto possível, pela distribuição concentrada destes inquéritos e, de Janeiro a Julho, foi possível ter um magistrado extra-quadro afeto em exclusividade a estes inquéritos.

Com o movimento de magistrados, em Setembro perdeu-se esta disponibilidade, estando agora os processos dispersos pelas várias Procuradorias e Magistrados.

Nestes crimes a recolha de grande parte, dos elementos probatórios iniciais dos inquéritos está diretamente a cargo do Magistrado do Ministério Público, nomeadamente através da emissão de diversos ofícios às entidades (bancos, operadores de telecomunicações, SIBS, etc.), o que acarreta, necessariamente, uma maior sobrecarga dos Senhores Funcionários do Ministério Público que têm de cumprir tais despachos, o que em algumas Procuradorias se revela assaz difícil, pelo que, desde 2020 vimos alertando para a necessidade de um aumento do quadro de funcionários e Magistrados nas 3 Procuradorias em que tal fenómeno se verifica com mais intensidade, a saber Elvas, Portalegre e Fronteira, tendo ocorrido o reforço de 1 MP em Fronteira e



1 em Elvas, porém, o de Elvas, entrou, logo após a posse, de baixa médica, como referido no capítulo Ausências.

O Diap Regional de Évora assumiu a investigação em cinco processos de especial complexidade, dois deles com dezenas de inquéritos apensos.

18. Medidas de coação privativas da liberdade aplicadas em inquérito (CRIM 3)

No que respeita a situações de **aplicação de medidas de coação privativas da liberdade** em inquérito, verifica-se um total de **15**, sendo 13, de prisão preventiva e 2 de OPH VE. Quanto a tipo de crimes, 6 reportam-se a violência doméstica, 2 a abusos sexuais e os demais a tráfico de estupefacientes.

O nº total de primeiros interrogatórios de arguido detido foi de **93**, sendo **51** em Elvas, **18** em Portalegre, 10 em Fronteira e Nisa e 4 em Ponte de Sôr.

19. Novas espécies processuais

Qualquer análise, ainda que sucinta, sobre a atividade desenvolvida pelos magistrados com inquéritos a seu cargo, não pode deixar de salientar que tal atividade processual implica importante afetação da disponibilidade por via da análise do expediente que é registado sob as novas espécies processuais da área criminal, constantes do Anexo 1, da O.S. nº 4/2015 da PGR, de 28.05.2015.

Neste contexto e no pressuposto de que o trabalho desenvolvido nas várias secções de instância local não se resume à tramitação dos inquéritos, entende-se que, além da contabilização da atividade desenvolvida no âmbito da fase preliminar do processo sumário (que já vem refletida no mapa CRIM 10), também a atividade despendida com todo o expediente que é registado sob as novas espécies processuais da área criminal seja considerada no relatório anual, em mapa próprio que englobe todas as espécies deste registo, porquanto o seu volume anual é representativo do tempo de trabalho que



consume ao magistrado, a par dos inquéritos e da fase preliminar dos processos sumários.

Relevar o tratamento autónomo de tais espécies confere maior transparência ao serviço desenvolvido pelo Ministério Público garantindo que expedientes anómalos não sejam atuados como inquéritos - que efetivamente não são, pois que nenhuma investigação será desenvolvida -, obstando-se a empolamentos artificiais de estatísticas.

Na verdade, os registos destas espécies diferenciadas, se distribuídos no DIAP como inquérito, colocariam as entradas da comarca de Portalegre não em **5. 628** mas em nos **6.634** processos (entrados **1.006**, Findos **1.065**, pendentes **257**) mas essa é também a realidade a enfrentar: os magistrados da comarca apreciaram todos esses expedientes, mas 1.006 entradas não alcançaram a dignidade formal de inquérito no ano de 2021.

As ocorrências mais significativas, no plano quantitativo, reportam-se a autos de notícia/participações sem queixa e análises de situações de óbito para ponderar da eventual dispensa de autópsia, bem como medidas de polícia.

VI – MOVIMENTO ANUAL – AREA CRIMINAL (CRIM 9,CRIM 10,CRIM 11, CRIM 12,CRIM 13, CRIM 14, CRIM 15,CRIM 19,CRIM 20)

20. Instrução criminal (CRIM 9)

Foram requeridas **40** instruções, sendo **29** pelo arguido e **11** pelo assistente.

Num total de **55** instruções movimentadas foram findas **35**, 24 com despacho de pronúncia e 9 com despacho de não pronúncia, ficando pendentes **20**.

21. Processos sumários (CRIM 10)



Dos **116** Autos de Notícia recebidos foram arquivados **47**, remetidos para julgamento sob a forma de processo sumário **46**, e em **54** foi requerida a suspensão provisória do processo.

Para julgamento ficaram pendentes 6 para o ano de 2022. (CRIM 11)

22. Julgamentos Penais (CRIM 11)

Deram entrada **781** processos, o que acrescendo aos vindos do ano anterior (579) implicou um total de **1.360** processos crime movimentados.

Destes foram findos **739, 673** por julgamento (500 em 2020) e **66** por outros motivos.

Dos 673 julgados, **629** resultaram em condenação (**93, 5%**) e **44** em absolvição. (**6,5%**)

Ficaram pendentes **621** processos.

22.1. JUÍZO CENTRAL CRIMINAL DE PORTALEGRE

No decurso do ano judicial de 2021, foram proferidos **36** acórdãos no Juízo Central Criminal, 34 destes condenatórios e 2 absolutórios.

Deram entrada **35** processos (*muito inferior a 2020 em que os entrados foram 53*), o que acrescentando aos transitados do no anterior constitui um movimento de **69** processos.

O n. de findos foi de **40** tendo ficado pendentes **29**.

O quadro que segue, fornece os dados síntese mais relevantes:



Secção Central - Processos em Tribunal Coletivo				
Portalegre	Pendentes a 31.12.2020	Entrados	Findos	Pendentes a 31.12.2021
Totais	34	35	40	29

Os julgamentos em Tribunal Coletivo implicaram a presença em **86** Sessões de Julgamento.

Por outro lado, o Magistrado do Ministério Público do Juízo Central Cível e Criminal de Portalegre teve “**Vista**” em **576** processos. (ocorrendo, tal como no n. de julgamentos, uma diminuição em relação a 2020, em que foram 781 as “vistas”), sendo 652 as notificações ao MP.

O Ministério Público afecto ao Juízo Central não interpôs qualquer recurso e respondeu a **27**.

Instaurou **127** Processos administrativos de acompanhamento, sendo 63 na Área Cível e 64 na Área da Família e Menores, tendo findado **129**, sendo **37** os pendentes para o ano seguinte.(MC 3)

Nos Juízos Cíveis não interpôs qualquer recurso e respondeu a **1**.

22.2. JUÍZOS LOCAIS

No decurso do ano judicial de 2021, deram entrada **746** processos para julgamento nos Juízos Locais da Comarca, **257** Processos especiais (Sumários, Abreviados e Sumaríssimos) e **489** Processos comuns em Tribunal Singular.

A este número acrescem os transitados do ano anterior para um movimento global de **1.291** processos penais na fase de julgamento. (mais 81% do que no ano de 2020).

O nº de processos findos nos Juízos Locais da comarca foi de **699**, ficando pendentes para o ano de 2022, **592** processos.



O quadro que segue, fornece os dados síntese mais relevantes:

Secção Local Criminal (P. Comum Singular P. Especiais)				
	Pendentes a 1.1.2021	Entrados	Findos	Pendentes a 31.12.2021
Elvas	380	289	314	355
Portalegre	49	183	174	58
Ponte de Sor	79	144	134	89
Fronteira	31	102	53	80
Nisa	6	28	24	10
Totais	545	726	699	592

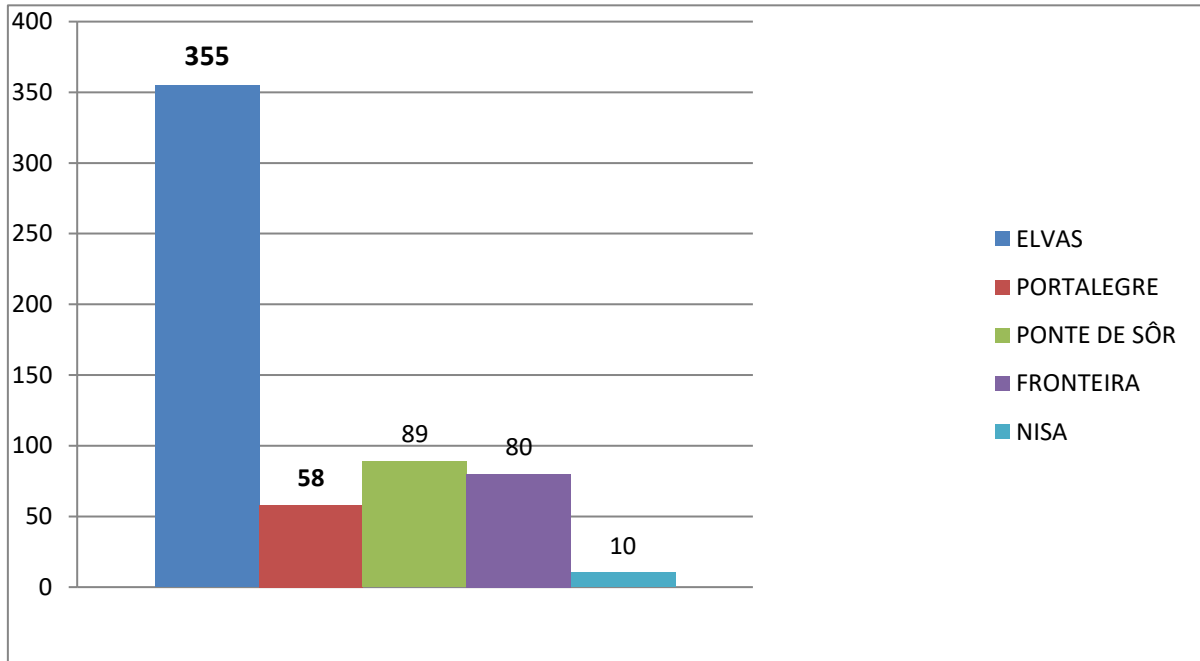
Não obstante a percentagem de findos ser muito superior ao do ano de 2020 (+ 68%), o n. de processos pendentes para julgamento aumentou em termos globais na Comarca, o que se deve ao aumento de entrados (+ 66%).

De muito relevo e a oferecer grande preocupação a situação do Juízo Local de **Elvas**, que, não obstante ter diminuído a pendência (tem 2 Juízes), continua a ter um peso muito elevado no total de julgamentos da Comarca, *a representar 60% dos processos penais na fase de Julgamento da Comarca*, onde a dinâmica obrigaria a colocar um Magistrado afeto a tempo inteiro ao Juízo Local Criminal, ao contrário do que acontece nas demais Procuradorias;

Significativo também o facto de o número de processos pendentes em Ponte de Sôr ser já superior ao de Portalegre, e ao aumento significativo de pendentes em Fronteira.



PROCESSOS CRIMES PENDENTES PARA JULGAMENTO POR PROCURADORIA



23. Vistas e notificações ao Ministério Público

Embora não contabilizados em mapa autónoma merecem abordagem específica pelo labor que implicam.

O Ministério Público na Comarca, teve vista em **8.543** processos, das quais **7.886** nos 5 Juízos Locais tendo sido **14.844** as notificações ao Ministério Público, das quais **13.417** nos 5 Juízos Locais.

De salientar, no que toca às “vistas”:

Elvas –Local Cível (2 Juízes) - 1.088

Elvas-Local Criminal – (2 Juízes) - **1.891**

Portalegre - Local Cível (2 Juízes) -1.011

Portalegre-Local Criminal (1 Juiz) -**1.105**



Ponte de Sôr-Competência Genérica (2 Juízes) - 1.583

Fronteira – (1 Juiz) 928

Nisa-(1 Juiz) -280

24. Embora, sem mapa autónomo obrigatório, o **n. de Audiências realizadas** merece uma nota específica, pois demonstra a complexidade crescente dos processos em que o nº de sessões de julgamento se prolonga por cada processo.

No Juízo Local Criminal de Elvas, o Ministério Público esteve presente em **507** audiências e no Juízo Local Criminal de Portalegre, em **346**; sendo **373** as presenças em audiência nos Juízos de Competência Genérica de Ponte de Sôr, não obstante o período de suspensão de atividade dos Tribunais e a pandemia.

25. A percentagens de **absolvições** nos Juízos Locais Criminais foi de **7%**, (ligeiramente inferior ao do ano de 2020, que foi de 7,6%), o que, revela a qualidade de intervenção do Ministério Público na Comarca.

Os dados têm, variações significativas por Procuradoria. Assim:

Elvas- 4,3% (Condenações 281; Absolvições:12)

Portalegre-8,3% (Condenações 156; Absolvições:13)

Ponte de Sôr -9% (Condenações 101; Absolvições 9)

Fronteira -21,9% (Condenações 32; Absolvições 7)

Nisa-5,3 % (Condenações: 19; Absolvições:1)

26. Recursos (CRIM 12)

No período em referência o Ministério Público interpôs **3** recursos e apresentou resposta em **57**.



27. Recuperação de Ativos (CRIM 13, CRIM 14, CRIM 15)

No período em referência o Ministério Público não teve qualquer intervenção nesta área.

28. Internamento compulsivo (CRIM 19)

Deram entrada **50** processos de **internamento** compulsivo, foram findos **44**, ficando pendentes para 2022, **8** processos.

A maioria dos entrados ocorreu no Juízo de Portalegre (28) seguido do de Elvas (9), ficando em Elvas o maior nº de pendentes (5).

29. Recursos de impugnação Judicial (CRIM 20)

Foram introduzidos em juízo pelo Ministério Público **24 recursos de decisões** de autoridades administrativas proferidas em processo de contraordenação e findaram **19**.

VII- ÁREA CÍVEL, COMÉRCIO, EXECUÇÕES

30. Nunca é demais realçar que a Comarca de Portalegre não tem qualquer especialização nem ao menos no âmbito da Família e Menores.

Na área cível, que abrange família e menores, importa salientar alguns elementos que não decorrem dos mapas estatísticos oficiais, mas que, *pela afetação de tempo dos magistrados e volume de serviço que representam*, merecem ser atendidos e reportados, sendo que atenta a competência genérica das Procuradorias de Ponte de Sôr, Fronteira e Nisa, só conseguimos diferenciar relativamente a Elvas e Portalegre- nas demais Procuradorias sem diferenciar área vão referidas no Ponto 25.

Em 2021 foram despachadas **1.088** vistas no Juízo Local Cível de Elvas e **1.011** vistas no



Juízo Local Cível de Portalegre, e remetidas ao Ministério Público **2.434** notificações nesses mesmos processos no Juízo Local Cível de Elvas e **2.037** no Juízo Local Cível de Portalegre.

31. Áreas Cível e Comércio

Os mapas elaborados refletem a atividade do Ministério Público nas áreas cível e do comércio.

Tal intervenção traduziu-se, em primeira linha, na elaboração de peças processuais (petições iniciais, contestações, alegações de recurso e respostas a recursos, além de outros requerimentos avulsos) no domínio do contencioso patrimonial do Estado.

Ainda na área cível, destaca-se a intervenção do Ministério Público em representação de ausentes e incertos, apresentando - sempre que tal se revelou adequado e pertinente - as respetivas peças processuais em defesa dos interesses destes.

O Ministério Público teve ainda intervenção em inúmeras diligências processuais, a saber, ***julgamentos, conferências, reuniões de conselho de família, audiências prévias, audição de maiores em processos de maior acompanhado*** e outras intervenções quer em representação do Estado, quer em representação de incapazes ou ausentes (***sem reflexo nos mapas estatísticos, apesar de por vezes bem morosas*** e demandando até saída do tribunal, nos casos de maior acompanhado institucionalizado – com forte impacto na disponibilidade para o demais serviço).

No plano da preparação das intervenções judiciais verifica-se a predominância dos processos administrativos tendentes à propositura de ações de acompanhamento de maior.



Na área do comércio destaca-se o número de reclamações de créditos apresentadas.

32. Área Cível

Em termos estatísticos e por reporte aos mapas oficiais para a área cível, no período em referência, destacam-se os seguintes elementos:

32.1. Ações cíveis (CV 1)

Relativamente às ações cíveis com intervenção principal do Ministério Público, transitaram do período anterior um total de 58 ações, das quais 50 respeitantes a maior acompanhado.

No ano de 2021 foram propostas **50** ações das quais:

- **1** respeitava ao contencioso patrimonial do Estado;
- **47** relativas a acompanhamento de maior;
- **2** de outro tipo.

Foram contestadas **22** ações.

Findaram um total de **63** ações (57 procedentes e 6 improcedentes), tendo transitado para o ano seguinte **67** ações, o que se traduz num aumento relativo ao ano anterior.

A intervenção do Ministério Público na área cível assenta no acompanhamento de maior, com incidência em Elvas, Portalegre e Ponte de Sôr.

A única ação proposta no âmbito do contencioso patrimonial do Estado foi intentada em Portalegre.

Decompondo os resultados pelas várias Procuradorias:

ELVAS:

Neste período foram propostas 22 ações todas relativas a Interdições/Acompanhamento de Maior; Contestadas 13 e Findas 23 ações, tendo transitado para o ano seguinte **18** ações de maior acompanhado de um total de **24** transitadas.

FRONTEIRA



Neste período não houve propositura de ações ou contestação de ações, encontrando-se 0 pendentes.

NISA

Foi proposta 1 ação, encontrando-se 0 pendentes.

PONTE DE SÔR

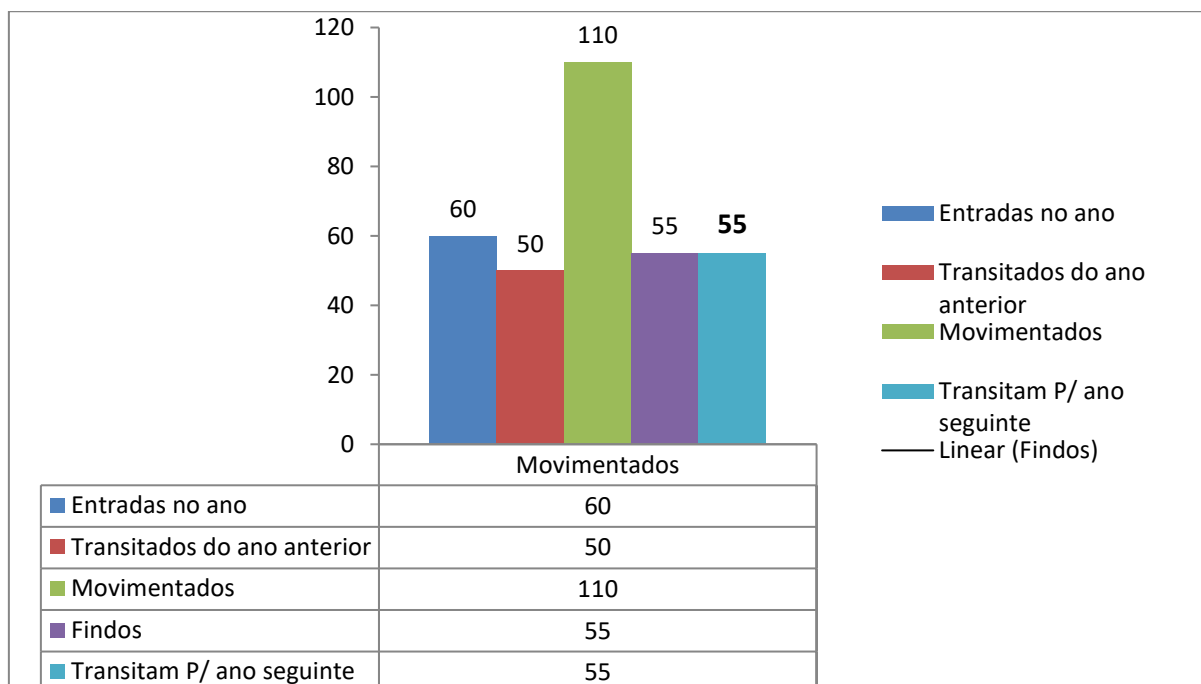
Neste período foram propostas 10 ações todas relativas a Interdições/Acompanhamento de Maior; Contestadas 0 e Findas 18 ações, tendo transitado para o ano seguinte 27 ações de maior acompanhado de um total de 32 transitadas.

PORTALEGRE:

Neste período foram propostas 16 ações, sendo 15 referentes a Maior Acompanhado e 1 relativa ao contencioso patrimonial do Estado.

Findaram 16 (todas procedentes), tendo transitado para o ano seguinte 11 ações, das quais 10 de Maior acompanhado.

PROCESSOS DE MAIOR ACOMPANHADO





32.2. Valores das ações (CV 3)

O valor das ações do contencioso patrimonial do Estado cifrou-se em **€170.332,00**.

32.3. Recursos (CV 4)

Foi interposto 1 recurso em ações cíveis (1 em Fronteira).

Foram apresentadas 4 respostas a recursos (3 em Fronteira).

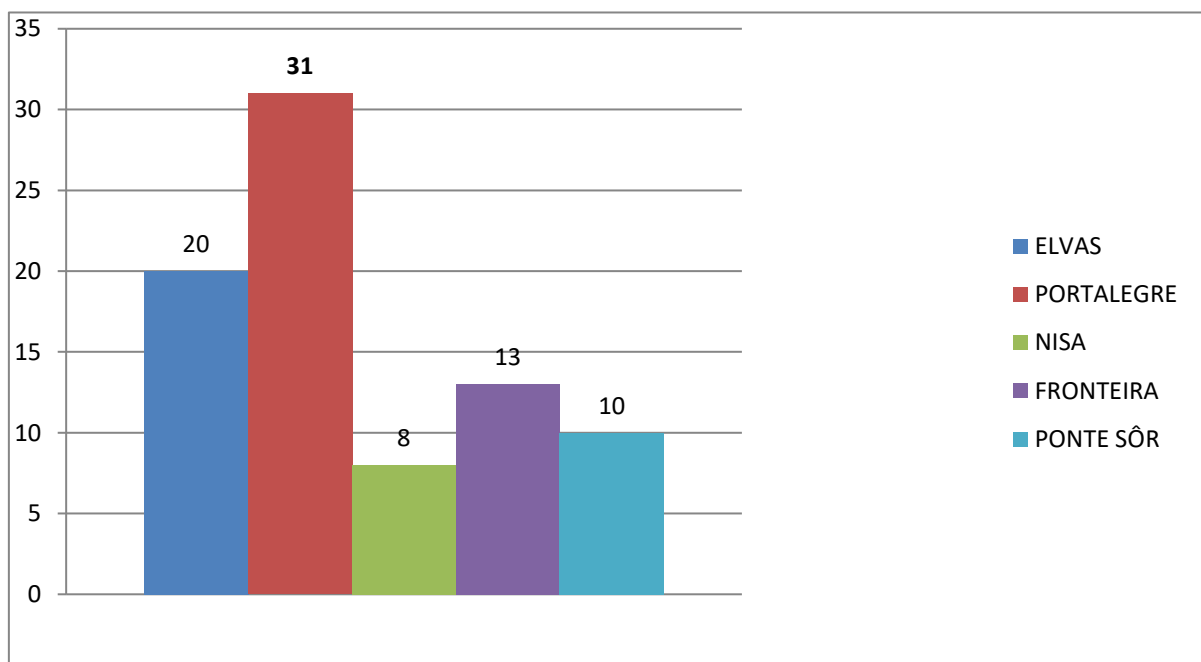
33. Comércio

33.1. Movimento de Insolvências (COM 1)

Deram entrada na Comarca de Portalegre **82** processos de Insolvência, sendo findas **69** com insolvência declarada e **19** sem insolvência declarada. Transitaram para o ano seguinte **6** processos desta natureza (sem insolvência declarada), 2 em Portalegre, 3 em Elvas e 1 em Fronteira.

O Ministério Público não foi solicitado para requerer qualquer declaração de insolvência.

MOVIMENTO DE INSOLVÊNCIAS –ENTRADAS POR PROCURADORIA





33.2. Reclamação de créditos (COM 2)

Foram apresentadas **17** reclamações de créditos em representação da Fazenda Nacional, das quais **8** em Portalegre e **9** em Elvas, tendo ocorrido 1 Participação em Assembleias de Credores.

33.3. Valores dos créditos reclamados e rateados (COM 3) (COM 4)

O valor total das reclamações de créditos apresentadas pelo Ministério Público cifrou-se em **22.456.826,94€**, sendo 22.454833,32 em representação da Fazenda Nacional e 1.993,62 por custas e coimas.

Foram **rateados créditos** no valor de **2.496.144, 35€**, sendo, 1.977.469,39 € no Juízo de Nisa e, 518.674,96 € no Juízo de Ponte de Sôr.

33.4. Movimento de processos especiais de revitalização (COM 5)

No que toca aos **Processos Especiais de Revitalização** deram entrada 3, foram findos **6**, ficando pendentes para o ano seguinte **1**, no Juízo de Ponte de Sôr.

33.5. Ações declarativas, providências cautelares e ações de verificação ulterior de créditos (COM 6)

O Ministério Público propôs **2** ações e contestou **2** ações desta natureza, ambas no Juízo de Fronteira.

33.6. Recursos (COM 7)

Foi apresentada **1** resposta a recurso, no Juízo Local Cível de Elvas.

34. EXECUÇÕES (EXEC 1, EXEC 2, EXEC 3)



Na área de **execuções** (transversal a todas as outras áreas) foram instauradas pelo Ministério Público um total de **104** ações, sendo 54 na Área Cível, 34 na Área Penal, 1 na Família (Execução de Alimentos) e 16 na Área Laboral, e estava em causa um valor total que ascendeu a **93.668,00 €**, o triplo do ano anterior.

Foram intentadas **16 Reclamações de Créditos**.

Não foi intentado nem respondido pelo MP nenhum recurso.

VIII- ÁREA DE FAMÍLIA E MENORES

35. À semelhança do ocorrido nos anos anteriores, no âmbito da atividade desenvolvida pelo Ministério Público foi assegurada a representação do Ministério Público em todas as diligências processuais relativas a processos que envolveram crianças e jovens, a par da tramitação dos processos judiciais e dos que são da titularidade do Ministério Público.

Assegurou-se a representação das crianças e jovens, requerendo as providências tutelares cíveis adequadas, a abertura do processo judicial de promoção e proteção e os meios judiciais necessários à promoção e defesa dos seus direitos e à sua proteção.

Assegurou-se a importante valência do serviço de atendimento ao público e o acompanhamento da atividade das CPCJ.

36. De forma documentada encontram-se assinaladas **85** atendimentos ao público na Área de Família e Menores.

37. Autorizações para a prática de atos do DL 272/2001 (FM 1)



Deram entrada **19** procedimentos previstos no Dec. Lei 272/2001(Autorização para prática de actos) tendo sido findos **23**, ficando pendentes **9**, dos quais 6 no Juízo de Elvas, 2 no Juízo de Portalegre e 1 no Juízo de Fronteira.

38. Acordos de Regulação de Responsabilidades Parentais do artigo 14.º do DL 272/2001 (FM 2)

Foram proferidos **101 pareceres** na regulação do exercício das responsabilidades parentais. Os números mais significativos ocorrem no Juízo de Portalegre (**42**) e de Elvas (**40**) seguido do Juízo de Fronteira (12). Aumento de 60% em relação ao ano de 2020.

39. Iniciativa processual tutelar cível do Ministério Público (FM 3)

Há um elevado número de iniciativas processuais que se reflete no mapa FM 3, o que também se deve à manutenção das solicitações ao Ministério Público num patamar elevado ao longo de 2021.

No total estas ações que já tinham sofrido um aumento de 80% do ano de 2019 para o ano de 2020, tiveram um novo aumento de 78% em 2021, relativamente ao ano de 2020. Entraram **483** processos (188 da iniciativa do Ministério Público) para uma movimentação total de **834** (653 em 2020) , tendo apesar de tudo sido possível descer a pendência dos 351 processos do início do ano para os **305** no seu termo.

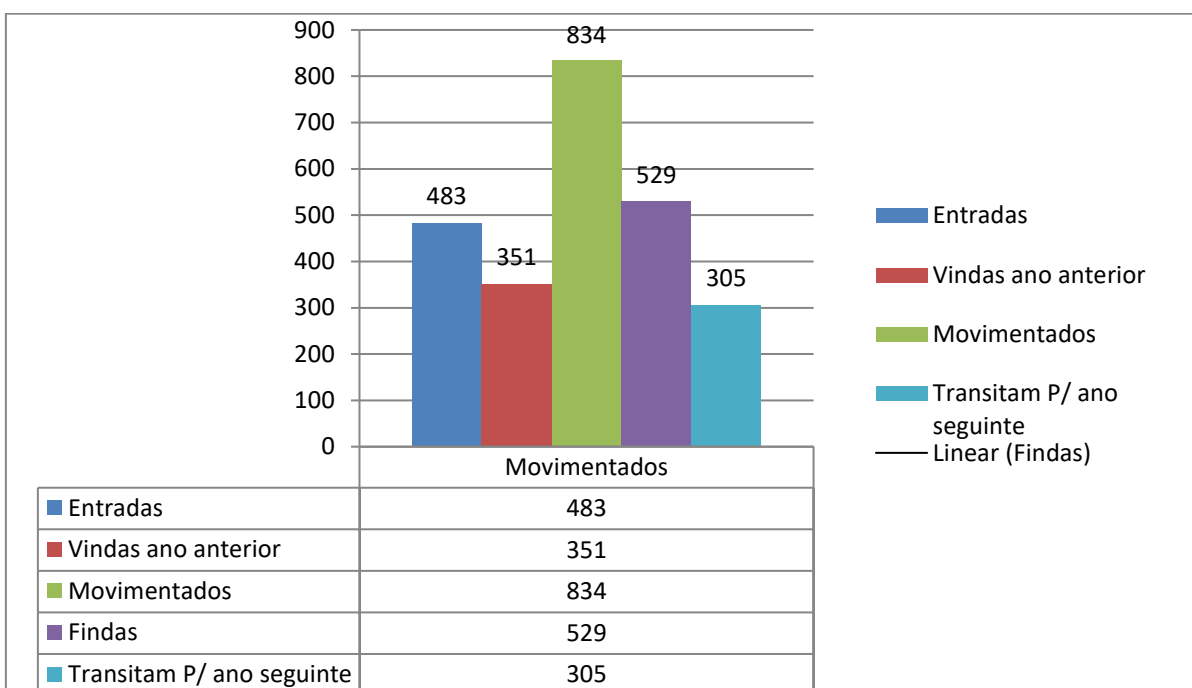
A maioria das Ações é relativa ao exercício das responsabilidades parentais, **275** reportam-se a Ações de Regulação, **231** a Ações de Alteração à Regulação sendo **311** as relativas a Incidentes de Incumprimento.

Das **186** Ações instauradas pelo Ministério Público, **84** reportam-se ao Juízo de Elvas, **58** ao Juízo de Fronteira, **9** ao Juízo de Nisa, **10** ao Juízo de Portalegre e **23** ao Juízo de Ponte de Sôr.

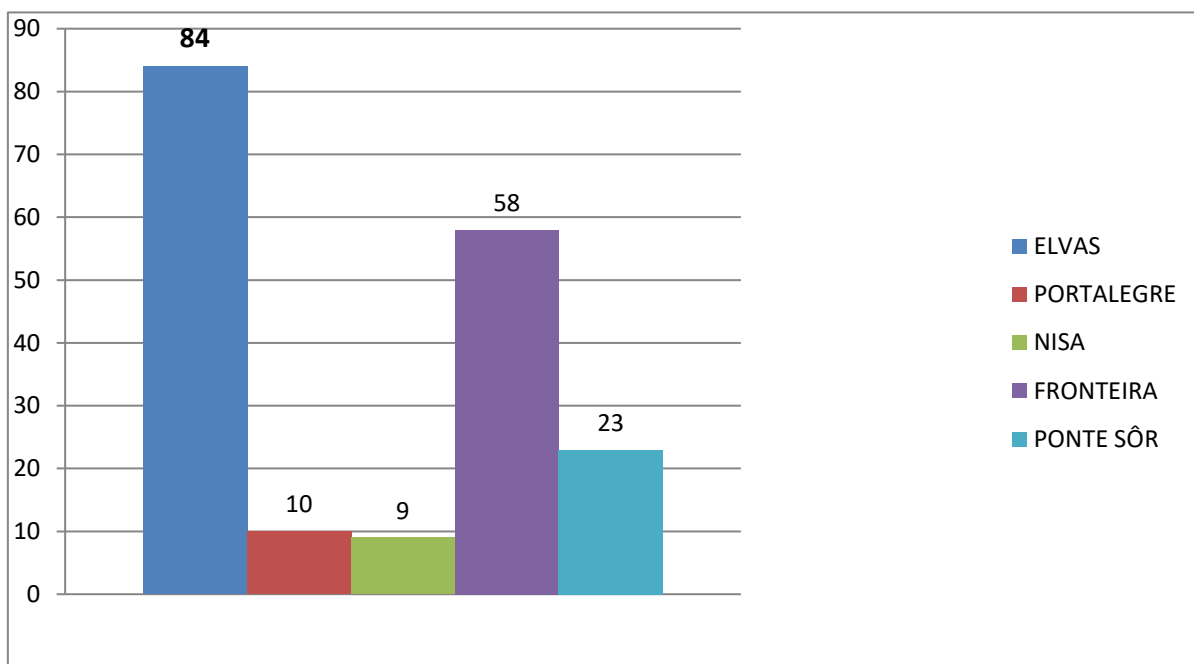
Foram findas **529** ficando pendentes **305**.



AÇÕES TUTELARES CÍVEIS-Movimento



AÇÕES TUTELARES CÍVEIS PROPOSTAS (186) POR PROCURADORIA



40. Averiguações officiosas de paternidade (FM 4)

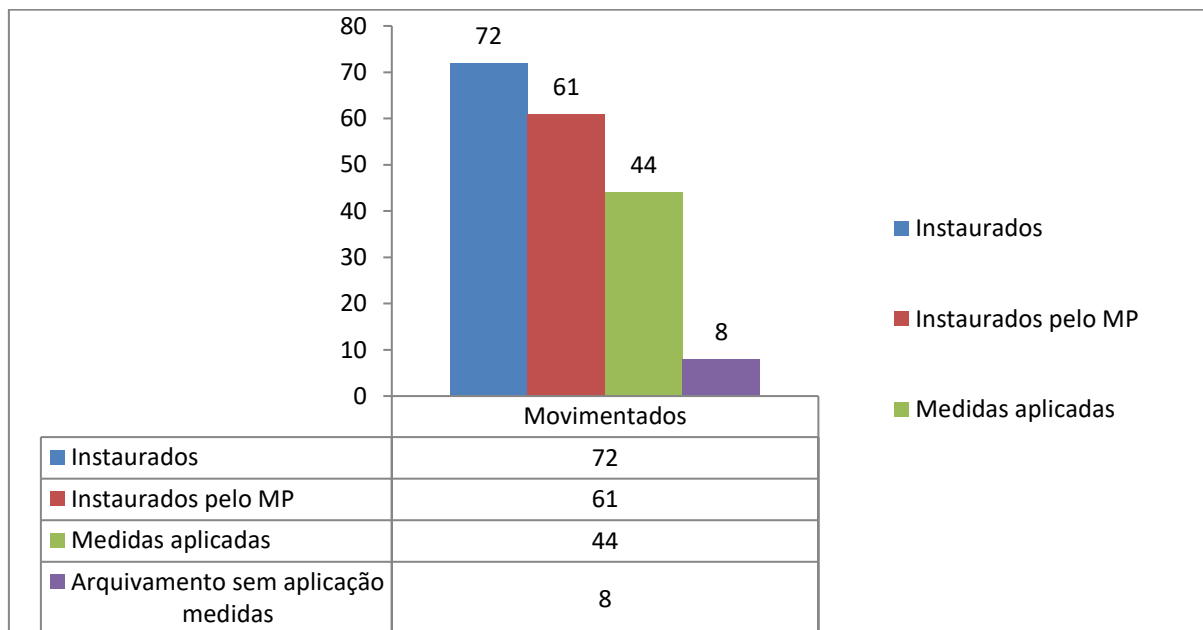


Deram entrada **8** averiguações oficiosas de paternidade, foram findas 17, ficando pendentes 8. A maior parte dos processos findou por perfilhação (11).

41. Iniciativa processual em promoção e proteção (FM 5, FM 6)

Foram instaurados **72** processos de promoção e proteção, sendo **61** a requerimento do Ministério Público.

Quanto às medidas aplicadas no ano ascenderam a **44**, das quais 21 resultaram de acordo. Em **8** processos não foi aplicada qualquer medida e a opção por medidas de institucionalização foi decidida em 4 casos.



Como se evidencia no mapa respetivo (FM 5) a maioria dos processos é instaurada em Elvas (25), sendo 14 os instaurados em Fronteira, 11 os instaurados em Ponte de Sôr, 9 os instaurados em Portalegre, e 2 os instaurados em Nisa.

Foram requeridos **5** procedimentos de urgência, todos no Juízo de Elvas.



42. Interlocução - Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (FM 7), Visitas (FM 8) (FM 14)

O Ministério Público esteve presente em **3** Reunião da Comissão Alargada de CPCJ e apreciou **24** comunicações que lhe foram reportadas.

Foram 4 as visitas a Instituições de Acolhimento e 0 Centros Educativos.

43. Inquéritos tutelares educativos (FM 9, FM 11, FM 12, FM 13)

Deram entrada **77 inquéritos tutelares educativos**, a que acrescem os vindos do ano anterior (110) gerando um movimento anual de **187** inquéritos tutelares educativos, o que é muito para uma Comarca de Competência genérica, impondo-se, também, devido a esta área de atuação um Juízo de Família e Menores.

Foram objeto de suspensão **2** processos e de arquivamento **107** (por insuficiência de factos ou de indícios, por desnecessidade de medida ou por outros motivos) e propostas medidas em **26** das quais 7 em regime de internamento aberto.

O total de findos foi de 140, ficando pendentes **47** para o ano seguinte.

O Juízo de Elvas, concentra **59** dos entrados, **147** dos movimentados, **115** dos findos e **32** dos pendentes para o ano seguinte.

Recuperação significativa nesta área, em relação ao ano de 2020 em que haviam ficado pendentes 110.

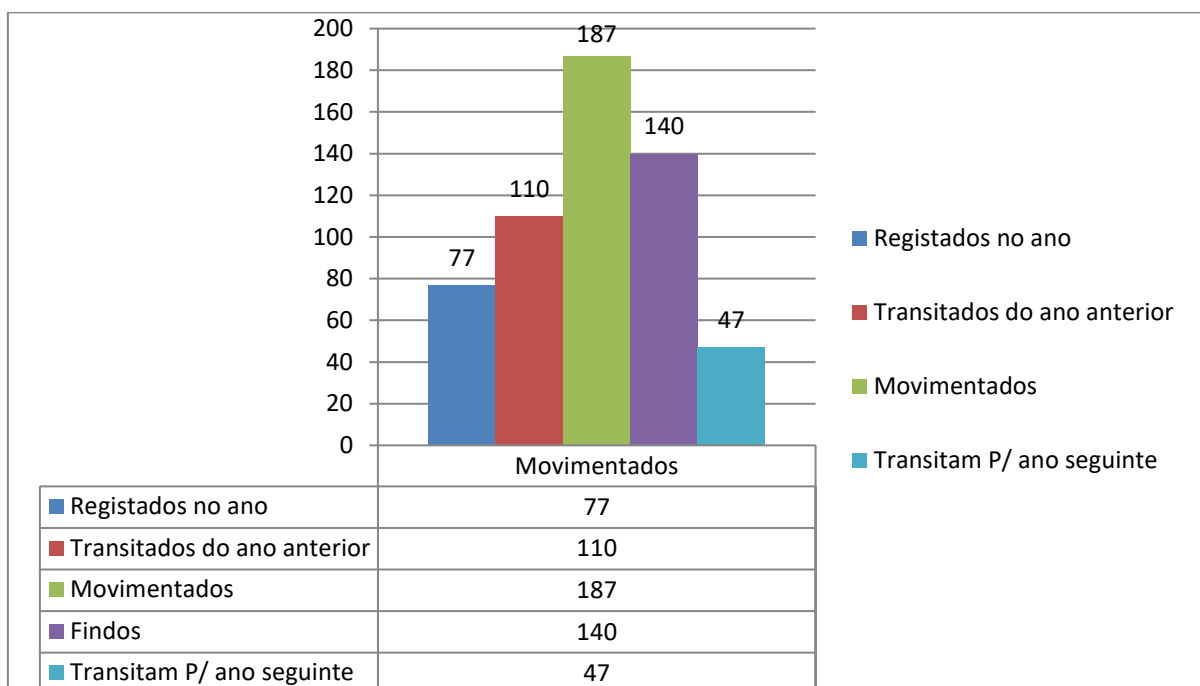
Os crimes com maior expressão são os de furto (37) e de ofensas à integridade física (25).

Nos inquéritos tutelares educativos com abertura da fase jurisdicional foram aplicadas **7** medidas de internamento em regime semi-aberto, todas no Juízo de Elvas.



Na Fase Jurisdicional foram findos **18** Processos Tutelares Educativos, **17** com aplicação de Medida, 16 destes últimos no Juízo de Elvas.

TUTELARES EDUCATIVOS



44. Recursos (FAM 15)

Na área de Família e Menores, o Ministério Público respondeu a **4** Recursos.

45. Processos administrativos

Foram instaurados **399** processos administrativos na área da Família e Menores, (sendo 306 com vista a intervenção processual e 92 para acompanhamento de outros processos e 1 para outros assuntos representando um aumento de mais de 300% em relação ao ano anterior (123 em 2020).



IX- ÁREA LABORAL

46. Foram propostas **5** Ações laborais pelo Ministério Público, 4 Precedentes, ficando pendente 1 uma 2022. **(TRAB. 1)**

47. Deram entrada **143** processos de acidente de trabalho, 5 dos quais mortais, gerando um movimento global de **225** processos (atentos os 82 vindos do ano anterior) Foram findos **151**, ficando pendentes para o ano seguinte **74**, dos quais 50 na fase conciliatória e 24 na fase contenciosa. **(TRAB.2)**

48. Na fase Conciliatória dos Processos por Acidente de Trabalho foram findos **146**, dos quais **121**, por tentativa de conciliação, ficando pendentes de perícia médica 15 de um total de **50** pendentes. 5 reportam-se a Acidente Mortal. **(TRAB.3)**

49. Ainda nos Processos de Acidente de Trabalho o Ministério Público elaborou **5** Petições de Patrocínio **(TRAB.4)**; e, conexo com os acidentes de trabalho, o MP apresentou **11** Requerimentos para Junta Médica, **2** para Revisão de Incapacidade, **19** para Atualização de Pensões e **115** para Entrega do Capital de Remissão **(TRAB. 5)**

50. Foram propostas **4** Ações para reconhecimento da existência de contrato de trabalho. **(TRAB. 7)**

51. O Ministério Público interpôs **8** Recursos de Impugnações Judiciais em Processos de Contraordenação e Respondeu a **2** Recursos. **(TRAB. 8 e 9).**



52. Foram instauradas **13** execuções por custas/multas/ no valor de 41.407,00 e Outras execuções (1) no valor de 8.494,31. Não foram reclamados créditos pelo Ministério Público.

53. Foram instaurados **25** processos administrativos tendo em vista a iniciativa/intervenção Processual, findos 23, ficando pendentes 11 para 2022.

54. Encontram-se documentados a partir de Setembro de 2021, **25** Processos de atendimento ao Público.

55. Não se depararam situações para intervenção do Ministério Público na defesa de interesses difusos.

X – MAPAS COMUNS

56. Cartas rogatórias (MC 1)

Nas áreas cível, do comércio, da família e menores, trabalho e execução não houve qualquer carta rogatória para cumprir por parte do Ministério Público. Já no âmbito da jurisdição penal foram recebidas **10** cartas rogatórias, a cumprir pelo Ministério Público, 6 das quais no Juízo de Elvas.

57. Decisões hierárquicas específicas (MC 2)

Registaram-se **14** intervenções hierárquicas no âmbito do artigo 278.º, n.ºs 1 e 2, do Código de Processo Penal, o que demonstra que as decisões do Ministério Público têm sido bem acolhidas na comunidade.

Em matéria de conflitos de competência em inquérito, tal intervenção ocorreu em **19** inquéritos, apreciados pela PGR.



Houve **155** intervenções noutras “conflitos”, isto é, remessa a outras Comarcas/Departamentos (DIAP REGIONAL DE ÉVORA).

Estão dispensadas as comunicações e a intervenção da Coordenação entre Procuradorias da Comarca, o que diminui o n. de conflitos.

58. Processos administrativos ou de acompanhamento (MC 3)

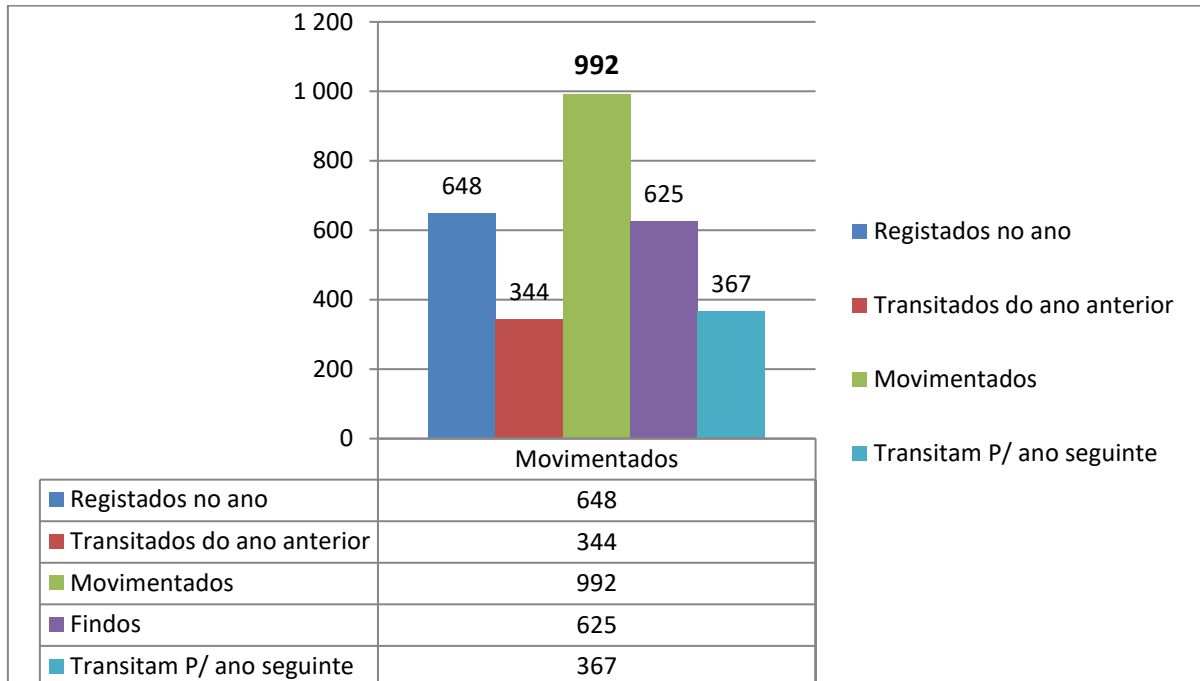
Continua a ser muito significativo no n.º de processos administrativos entrados, reflexo da necessidade da sociedade da intervenção do Ministério Público (processos para serem propostas ações).

Foram instaurados **648** processos administrativos (sendo **475** com vista a intervenção processual – [**306** na Família e Menores, **87** no Cível, **37** no Comércio e **25** no Trabalho] e outros **para acompanhamento de outros processos** o que, acrescendo aos vindos do ano anterior (344) implicou um movimento global de **992** processos.

Foram findos **625**, ficando **367** pendentes para o ano de 2022, o que se traduziu num ligeiro aumento de pendência.

Mais uma vez a importância de uma área específica para Família e Menores que corresponde a 399 processos instaurados dos quais 306 tendo em vista a intervenção processual do MP.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOSn



59. Atendimento ao público (MC 4)

O atendimento no Ministério Público está sempre disponível, não obstante a situação e condicionantes resultantes do período epidémico atravessado e o objetivo maior do Ministério Público é prestar um serviço de qualidade aos cidadãos, assumindo-se claramente como uma magistratura de proximidade.

De forma documentada, encontrando-se registados **139** atendimentos ao público, sendo **82** na Família e Menores, **28** no Cível, **25** na área Laboral e **4** na área penal.

XI– MEDIDAS GESTIONÁRIAS MAIS RELEVANTES

- Mantiveram-se medidas vindas do período anterior: **acompanhamento e monitorização da atividade** desempenhada pelos magistrados do Ministério Público, com feedback mensal, promovendo e agilizando os contatos informais, com vista a um acompanhamento muito próximo das diferentes realidades de cada uma das



Procuradorias, com vista à uniformização de procedimentos, à difusão de boas práticas e à melhoria da atuação dos magistrados da comarca nas suas várias vertentes e na relação com as diversas entidades e cidadãos;

- Manteve-se a **participação nas reuniões** com a APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, através do Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste e do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica de Portalegre Alto Alentejo Este, da Cruz Vermelha Portuguesa-Delegação de Portalegre; bem como com o GML, e com os OPC;
- Continuou a reforçar-se o processo de **digitalização** de todos os processos da Comarca que teve excelentes resultados, nomeadamente no período de suspensão da atividade dos Tribunais mas, também, em todas as situações de saúde posteriores que implicaram recurso ao teletrabalho, possível e rentável face à digitalização;
- Permanente **identificação e monitorização de fatores de morosidade** – cuja análise atenta e intervenções pontuais contribuiu para que a Comarca de Portalegre terminasse o ano com zero processos conclusos há mais de 30 dias (Ex. Ordem de Serviço n.º 6/2021 de 6 de Fevereiro – Afetação de inquéritos tutelares educativos e processos administrativos de maior acompanhado do Juízo Local Cível de Elvas a Magistrada colocada no Juízo Local Criminal; Ordem de Serviço n.º 24/2021, de 15 de Dezembro de 2021:-Afetação de processos administrativos da área Cível/Menores do Juízo Local de Elvas a Magistrado da área Cível/Menores do Juízo Local de Portalegre);
- Permanente preocupação com a **distribuição de serviço tendo em vista a equidade** com distribuição inicial tendente a nivelar pendências, espelhado nas várias Ordens de Serviço da Comarca, a título de exemplo a Ordem de Serviço 10/2021 e as várias afetações de processos aí espelhadas
- Tentativa de manutenção, da **especialização** possível, nomeadamente procurando nos Juízos Locais de Elvas e Portalegre, manter um magistrado afeto preferencialmente à Secção Cível e Criminal, com vista a uma maior homogeneidade de



atuação e uma maior proximidade a outros intervenientes na área da justiça; Também especialização possível na área da investigação criminal com afetação a um único magistrado dos processos a distribuir pela prática dos crimes de Violência doméstica; e Concentração num único Magistrado, dos inquéritos de burla informática

- **Afetação de inquéritos a magistrados que não o seu titular e Acumulação:** Afetação tendo em conta a equidade, o equilíbrio da carga processual e a eficiência dos serviços, ao Sr. Magistrado de Nisa de um lote de 220 inquéritos de Fronteira em 2020 e acumulação de Nisa com Fronteira até Março de 2021 (com excelentes resultados em Fronteira) ; Afetação tendo em conta a equidade, o equilíbrio da carga processual e a eficiência dos serviços, a partir de Setembro de 2021 à Sra. Magistrado de Nisa de um lote de 200 inquéritos do Juízo de Portalegre e acumulação de Nisa com Portalegre, após deliberação do CSMP); Acumulação, a partir de Setembro de 2021, da Sra. Magistrada do Tribunal de Trabalho de Portalegre com o Juízo Local Criminal de Portalegre, após deliberação do CSMP-sempre com consentimento prévio e esclarecido dos visados;
- **Concentração de inquéritos** relativos ao fenómeno criminal da utilização fraudulenta da aplicação **mbway** num único magistrado-de Janeiro a Julho de 2021 - ORDEM DE SERVIÇO 3/2021 de 7 de Janeiro de 2021(que implicou a transferência de 840 inquéritos para esse magistrado podendo os demais dedicar-se a outros ilícitos e ver reduzida a sua enorme carga processual) ;
- Elaboração e divulgação de uma **Súmula temática de procedimentos** da Comarca, em Junho de 2021, facilitando o conhecimento dos procedimentos de forma rápida numa Comarca com uma grande mobilidade.

XII- CONCLUSÕES

- a) Não pode deixar de referir-se, ao efetuar uma avaliação da atividade do Ministério Público no ano de 2021, o período de pandemia atravessado e o período de suspensão



da atividade dos Tribunais: No 1º Semestre de 2021, tais suspensões ocorreram, no período de 22.01.2021 a 06.04.2021.

- b) Na comarca de Portalegre, esse período foi aproveitado para recuperar pendências, tem sido excelente a adaptação dos senhores Magistrados, ao trabalho à distância, por VPN, com base na experiência de 2020 e tendo em conta a digitalização dos processos.
- c) Este gráfico ilustra a situação da Comarca nos períodos de suspensão da atividade dos Tribunais:

	2021 (22/01/21 a 05.04.2021)	2020 (09.03.2020 a 03.06.2020)
Pendentes antes Suspensão Prazos	3694	2813
Pendentes após Suspensão Prazos	3333	2788
Processos entrados no Período da Suspensão	882	1105
Processos findos no Período da Suspensão	1248	1136

- d) Nesta comarca, sem Departamento de Investigação e Ação Penal, houve um movimento global de 9.310 inquéritos no ano em apreço, o que consubstancia um aumento de 74,5 % dos inquéritos movimentados, em relação ao ano de 2019, e de 91% em relação ao ano de 2020.
- e) No ano judicial de 2021, foram registados 5628 novos inquéritos nas várias instâncias locais da comarca (3683 em 2018; 4117 em 2019; 5625 em 2020) o que consubstancia um aumento de 73,19% dos inquéritos entrados, em relação ao ano de 2019 e a paragem de crescimento em 2020.
- f) Destes, findaram 5305 (total de acusados, arquivados, suspensos provisoriamente e findos por outros motivos), continuando a aumentar o n. de processos findos – (3929 em 2018, 4074 em 2019, 4797 em 2020) - transitando para o ano seguinte **4003**, o que traduz um **aumento global de 321** processos, em relação ao ano de 2020.
- g) O aumento da pendência apenas não é mais significativo graças aos excelentes resultados do 1º semestre de 2021, em que, tinha sido possível descer a pendência para os 3274 inquéritos.



- h) O número de inquéritos entrados relativos a agente **desconhecido**, registados sob a espécie “DO” foi de **324**, correspondendo a **5,75%** do número total de inquéritos registados muito inferior à média nacional e que torna muito mais difícil gerir o aumento verificado.
- i) Verificou-se a aplicação dos **processos especiais e dos institutos de consenso** em **51%** do universo dos inquéritos com indicição suficiente e de **55%** no processo sumário fase preliminar, resultados que vão de encontro aos objetivos fixados para a utilização dos mecanismos processuais penais de simplificação e consenso, não os atingindo na íntegra.
- j) Houve, uma evidente **recuperação de processos antigos** (os de 2018 e anteriores), representam apenas 2,3 % (**1,9 %** sem os suspensos) dos processos pendentes; e, se contabilizarmos já o ano de 2019, tal percentagem é de 8,6% do total dos inquéritos pendentes em 31.12.2021 - sendo de **7%** se não forem contabilizados os suspensos, objetivo da Comarca.
- k) Dos inquéritos que transitaram para o ano seguinte a nível global (4.003), o número de inquéritos registados há mais de oito meses, ascendia a **1.818 (45,41%)**, sendo este n. superior ao do ano anterior e não correspondendo aos objetivos da Comarca.
- l) Este aumento da antiguidade dos inquéritos há mais de 8 meses, prende-se claramente com o aumento exponencial da Cibercriminalidade e, em concreto, os processos associados ao fenómeno burlas “**mbway**”. Efetivamente, nesta Comarca entraram desde Janeiro de 2020, **2979** inquéritos (*dos quais 1686 em 2021*) inquéritos sobre esta problemática, processos de investigação morosa à qual os OPC não têm conseguido dar resposta atempada. De Janeiro a Julho de 2021, graças à colocação de um Quadro Complementar no seu lugar de origem, foi possível centrar num único Magistrado, a maioria destes processos e, com a colaboração de 2 funcionários judiciais, criou-se um mini departamento dedicado a esta temática, no Juízo de Proximidade de Avis; com o movimento de Setembro e a saída do



magistrado “extra” os processos regressaram às várias Procuradorias, procurando ainda centralizar-se os mesmos num único magistrado em cada Procuradoria o que se revelou inviável em Elvas e Portalegre, posteriormente, face a baixas médicas que não foi possível suprir.

- m) No ano de 2021, deram entrada **376** processos de violência doméstica e maus tratos. Aos processos entrados acrescem os pendentes do ano anterior (208), para um movimento global anual na comarca de **584**. Foram findos **334** e ficaram pendentes **250** inquéritos, dos **40** se encontram suspensos provisoriamente.
- n) Os fenómenos mais expressivos na Comarca são a Cibercriminalidade (1688), Violência doméstica e Maus tratos (385) Crimes estradais (290), crimes fiscais (52), crimes de corrupção e afins (31), ressaltando aqui, os crimes de investigação prioritária a que se reporta a DIRETIVA 1/2021 de 04 de Janeiro da PGR.
- o) Em termos de taxas de resolução, congestão e recuperação o gráfico que segue, ilustra a situação da Comarca.

2021	Pendentes em 1.1.2021	Entrados	Findos	Pendentes em 31-12-2021	Taxa de Resolução	Taxa de Congestão	Taxa de Recuperação
					%	%	%
Elvas	1405	2231	2167	1469	97,13	64,84	59,60
Portalegre	1098	1759	1607	1250	91,36	68,33	56,25
Fronteira	561	715	742	534	103,78	75,61	58,15
Ponte de Sor	459	659	584	534	88,62	78,60	52,24
Nisa	159	264	207	216	78,41	76,81	48,94

- p) Consideramos que o expediente registado sob as **novas espécies (autos de notícia/participações sem queixa** e análises de situações de óbito, medidas de polícia, etc.) **devia ser considerada no relatório anual, em mapa próprio**. É um trabalho muito expressivo e nunca contabilizado várias secções de instância local.



Na verdade, os registos destas espécies diferenciadas, se distribuídos no DIAP como inquérito, colocariam as entradas da comarca de Portalegre nos **6.634** processos entrados e **6.372** findos, mas essa é também a realidade a enfrentar: os magistrados da comarca apreciaram todos esses expedientes, findaram **1.065**, dos **1.006 entrados**, que não alcançaram a dignidade formal de inquérito no ano de 2021.

- q) No que toca aos julgamentos, foram findos **739** processos dos quais **673** por julgamento.
- r) Dos **673 julgados, 629 resultaram em condenação (93, 5%) e 44 em absolvição. (6,5%)** sendo a percentagem de **condenações** muito acima da média nacional e, no nosso entender, reveladores da qualidade da investigação efetuada.
- s) De muito relevo e a oferecer grande preocupação a situação do Juízo Local de **Elvas**, que, não obstante ter diminuído a pendência (tem 2 Juízes), continua a ter um peso muito elevado no total de julgamentos da Comarca, *a representar 60% dos processos penais na fase de Julgamento da Comarca*, onde a dinâmica obrigaria a colocar um Magistrado afeto a tempo inteiro ao Juízo Local Criminal, ao contrário do que acontece nas demais Procuradorias;
- t) Consideramos que o nº de vistas e notificações ao Ministério Público, devia ser considerada no relatório anual, em mapa próprio, merecendo abordagem específica pelo labor que implicam e porque têm aumentado continuamente. O Ministério Público na Comarca, teve vista em **8.543** processos, das quais **7.886** nos 5 Juízos Locais tendo sido **14.844** as notificações ao Ministério Público, das quais **13.417** nos 5 Juízos Locais.
- u) A acrescer a este intenso trabalho na área Criminal, nesta Comarca, não existe especialização nas áreas de família e menores, cível e comércio, pelo que, os Magistrados do Ministério Público afetos aos Juízos Locais têm ainda a interlocução com **15 CPCJ**, o acompanhamento e visitas a 6 casas de acolhimento de crianças e



- jovens e têm ainda de assegurar a sua presença em reuniões dos 15 Conselhos Municipais de Segurança sempre que convocados.
- v) Na área cível, que abrange família e menores, importa salientar que em 2021 foram despachadas **1.088** vistas no Juízo Local Cível de Elvas e **1.011** vistas no Juízo Local Cível de Portalegre, e remetidas ao Ministério Público **2.434** notificações nesses mesmos processos no Juízo Local Cível de Elvas e **2.037** no Juízo Local Cível de Portalegre (nas outras Procuradorias não conseguimos diferenciar área cível e criminal); Ainda na área cível, cumpre referir que o Ministério Público teve intervenção em inúmeras diligências processuais, a saber, *juízos, conferências, reuniões de conselho de família, audiências prévias, audiência de maiores em processos de maior acompanhado* e outras intervenções, *sem reflexo nos mapas estatísticos*, apesar de por vezes bem morosas e demandando até saída do tribunal, nos casos de maior acompanhado institucionalizado – com forte impacto na disponibilidade para o demais serviço).
- w) Pese embora o referido certo é que a magistrada colocada no Juízo Cível de Portalegre, tem também inquéritos a cargo; e a Magistrada colocada no Juízo Cível de Elvas, cessa funções no dia 31 de Janeiro do corrente, sem que se vislumbre a sua substituição, o que constitui um fator de preocupação gravíssimo face ao volume processual e ao tipo de intervenção que se espera do Ministério Público seja nos processos de maior acompanhado, nos processos de promoção e proteção, nos Inquéritos Tutelares Educativos e demais áreas.
- x) A título exemplificativo, foram proferidos **101** pareceres na regulação do exercício das responsabilidades parentais (*aumento de 60% em relação ao ano de 2020*), dos quais 42 no Juízo de Portalegre e 40 no de Elvas.
- y) Na jurisdição de família e menores foram movimentadas **834** ações tutelares e cíveis- No total estas ações que já tinham sofrido um aumento de 80% do ano de 2019 para o ano de 2020, tiveram um novo aumento de 78% em 2021, relativamente ao ano



- de 2020. Só ações relativas ao exercício das responsabilidades parentais, o Ministério Público instaurou **186**, das quais **84** reportam-se ao Juízo de Elvas.
- z) Foram instaurados **72** processos de promoção e proteção, sendo **61** a requerimento do Ministério Público, dos quais 25 em Elvas, 14 em Fronteira, 11 em Ponte de Sôr e 9 em Portalegre. Foram requeridos **5** procedimentos de urgência, todos no Juízo de Elvas.
- aa) Deram entrada **77 inquéritos tutelares educativos**, a que acrescem os vindos do ano anterior (110) gerando um movimento anual de **187** inquéritos tutelares educativos, o que é muito para uma Comarca de Competência genérica. O Juízo de Elvas, concentra **59** dos entrados, **147** dos movimentados, **115** dos findos e **32** dos pendentes para o ano seguinte (pendentes na Comarca 47). Houve um enorme esforço de recuperação, em relação ao ano de 2020, em que haviam ficado pendentes 110.
- bb) Nos inquéritos tutelares educativos com abertura da fase jurisdicional foram aplicadas 7 medidas de internamento em regime semi-aberto, todas no Juízo de Elvas e, na Fase Jurisdicional foram findos **18** Processos Tutelares Educativos, **17** com aplicação de Medida, 16 destes últimos no Juízo de Elvas.
- cc) Relativamente às ações cíveis com intervenção principal do Ministério Público, transitaram do período anterior um total de **58** ações, das quais 50 respeitantes a **maior acompanhado**. Em 2021 foram propostas **50** ações das quais, **47** relativas a acompanhamento de maior; Findaram um total de **63** ações (57 procedentes e 6 improcedentes), tendo transitado para o ano seguinte **67** ações, o que se traduz num aumento relativo ao ano anterior. Foram contestadas **22** ações.
- dd) Também na área do maior acompanhado, grande incidência em Elvas, com 22 ações propostas e 13 Contestadas, tendo transitado para o ano seguinte **18**; Portalegre com **15** Ações propostas referentes a Maior Acompanhado e 10 pendentes e, Ponte



- de Sôr, com **10** Ações propostas referentes a Maior Acompanhado e 27 pendentes, o que importa agilizar.
- ee) Foram instaurados **648** processos administrativos (sendo **475** com vista a intervenção processual – [**306** na Família e Menores, **87** no Cível, **37** no Comércio e **25** no Trabalho] e outros **para acompanhamento de outros processos** o que, acrescendo aos vindos do ano anterior (344) implicou um movimento global de **992** processos.
- ff) Mais uma vez a importância de especializar a área específica para Família e Menores que corresponde a **399** processos instaurados dos quais 306 tendo em vista a intervenção processual do MP.
- gg) Na Área Laboral foram propostas **5** Ações laborais pelo Ministério Público, ficando pendentes 1 para o ano seguinte. Deram entrada **143** processos de acidente de trabalho, 5 dos quais mortais, gerando um movimento global de 225 processos. Foram findos **151**, ficando pendentes para o ano seguinte **74**.
- hh) O atendimento no Ministério Público está sempre disponível, não obstante a situação e condicionantes resultantes do período epidémico atravessado - encontrando-se registados **139** atendimentos ao público, sendo **82** na Família e Menores, **28** no Cível, **25** na área Laboral e **4** na área penal - e, o objetivo maior do Ministério Público é prestar um serviço de qualidade aos cidadãos, assumindo-se claramente como uma magistratura de proximidade.
- ii) **A ínfima percentagem de absolvições (6,5%), a ínfima percentagem de intervenções hierárquicas (0,4%), a ínfima percentagem de instruções (4,5%) e o insucesso das mesmas, não deixam de revelar a qualidade de intervenção do Ministério Público.**
- jj) **Um objetivo da Comarca sempre lembrado e objeto de análise mensal, atingido integralmente em todas as áreas de atuação do Ministério Público foi a inexistência de qualquer processo concluso há mais de 30 dias.**



- kk) No movimento de magistrados de Setembro o quadro contempla **15** magistrados, **que foram colocados** na Comarca; Porém, com 3 (três) baixas médicas de longa duração desde Novembro e 1 (uma) aposentação a ocorrer este mês, o quadro está reduzido a 11, sendo **9** (*até 1 de Setembro eram 12*) nos 5 Juízos Locais. Nenhuma destas 4 situações foi, até ao momento, suprida por magistrado do quadro complementar.
- ll) Os objetivos processuais para o ano de 2022, foram fixados tendo em vista o nº de Magistrados colocados na Comarca-15; Caso, o Quadro venha a ser de 11, e não sejam colocados Magistrados do Quadro Complementar, parecem-nos impossíveis de alcançar, ao menos, em termos quantitativos.

PROPOSTA

1-CRIAÇÃO DE UM DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO E AÇÃO PENAL NA COMARCA

–DIAP

Não se entende porque razão a Comarca de Portalegre não tem um DIAP.

Se no anterior Estatuto, no art.º 71, n.º s 1 e 2, o critério para criação de DIAP era o elevado volume processual, ou seja, o registo de entradas superior a 5000 inquéritos; no art.º 115.º do ROFTJ conjugado com o art.º 85.º do Novo EMP, o critério é o de que o volume processual o justifique.

Quer pelo volume processual (movimento processual de 9.310 inquéritos) quer pela complexidade, (em especial o fato de a comarca de Portalegre ter o nível de cibercriminalidade que tem, por ser o epicentro de burlas mbway do país com 2979 inquéritos entrados desde 2020, 2992 movimentados, 1802 findos e 1190 pendentes) – com base no anterior estatuto ou no atual a Comarca exige a criação de um de Departamento de Investigação e Ação Penal- DIAP .



2-CRIAÇÃO DE UM JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES

A Comarca de Portalegre não tem Juízo de Família e Menores. Acreditando-se firmemente nas vantagens da especialização, e consciente das distâncias geográficas entre os diversos núcleos e a falta de transportes públicos, entendemos que, no mínimo, **impõe-se a criação de um Juízo de Família e Menores com sede em Portalegre ou Elvas e competência para Portalegre e Elvas**, com deslocação a uma das Procuradorias para realização das diligências. Acentuamos nas conclusões dados que esperemos justifiquem esta necessidade. (15 CPCJ; 2099 vistas e 4451 notificações ao MP apenas nos Juízos Locais Cíveis de Elvas e Portalegre com 4 Juízes; 101 pareceres de regulação de poder paternal; 834 ações tutelares cíveis, que implicaram 186 ações instauradas apenas relativas ao exercício das responsabilidades parentais; 72 processos de promoção e proteção; 187 inquéritos tutelares educativos movimentados, dos quais 147 em Elvas; 399 processos administrativos instaurados na área de família e menores, etc. etc.)

3- AUMENTO DE QUADRO DE MAGISTRADOS OU EFETIVO PREENCHIMENTO

Após inúmeras exposições a alertar para um aumento de processos entrados de 80%, foi possível, no último movimento de magistrados (Julho de 2021 comj efeitos em Setembro de 2021) – e, não obstante a conhecida carência de quadros do Ministério Público a nível nacional - , a colocação de mais 2 Magistrados na Comarca (1 em Elvas e 1 em Fronteira), o que, não correspondendo ao desejado, (faltava pelo menos 1 em Portalegre) representaria uma ligeira melhoria.

De fato, no movimento de magistrados de Setembro o quadro contempla 15 magistrados; Porém, com 3 (três) baixas médicas de longa duração desde Novembro e 1 (uma) aposentação a ocorrer este mês, o quadro está reduzido a 11, sendo 9 (até 1 de Setembro eram 12) nos 5 Juízos Locais. Este Quadro, não



obstante as inúmeras medidas gestonárias tomadas ((Acumulações, Afetações) é manifestamente insuficiente, como procuramos demonstrar.

4- AUMENTO DE QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

Além de incompleto – falta 1 – o quadro de funcionários tem que ser forçosamente reforçado com, ao menos, 4 oficiais de justiça, 1 em Elvas, 2 em Portalegre, 1 em Fronteira e 1 em Ponte de Sôr.

Foi um ano muito laborioso para todos os magistrados que aqui exerceram funções, com resultados que podemos considerar positivos, sobretudo com a redução de quadros ocorrida no último trimestre do ano.

Faço questão de deixar aqui, *o meu mais profundo e reconhecido apreço pelo elevadíssimo empenho, espírito de dedicação e colaboração, capacidade de mudança e inovação, e enorme solidariedade e espírito de missão, por parte de todos os senhores Magistrados da Comarca de Portalegre que exerceram e aqui exercem funções*, num momento particularmente difícil como o ora vivenciado.

Seguem em anexo os Mapas Oficiais do Ministério Público

Portalegre, 26 de Janeiro de 2022

A Magistrada do Ministério Público Coordenadora da Comarca

Maria Adelaide Domingues dos Santos